



Icatu Seguros S.A. e Controladas

Demonstrações financeiras consolidadas em
31 de dezembro de 2012 e de 2011



Conteúdo

Relatório da Administração	3
Relatório dos auditores independentes	4
Balancos patrimoniais consolidados	6
Demonstrações consolidadas dos resultados	8
Demonstrações consolidadas dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido consolidadas	10
Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas	12
Relatório complementar do Comitê de Auditoria	52
Conselho de Administração e Diretoria	53

ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS

CNPJ: 42.283.770/0001-39

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos aos nossos acionistas o Relatório de Administração e o extrato das Demonstrações Financeiras Consolidadas da Icatu Seguros S.A. e controladas, relativos aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011.

A Icatu Seguros S.A. apresentou lucro líquido consolidado de R\$ 165,3 milhões no exercício de 2012, aumento de 61% em relação ao ano anterior. A performance positiva pode ser observada também no faturamento* das linhas de negócios de Vida, Previdência e Capitalização que alcançou R\$ 2,8 bilhões em 2012, crescimento de 33% comparado a 2011.

Nas operações com produtos de cobertura de riscos, produtos de acumulação e capitalização, as provisões técnicas atingiram R\$ 7,9 bilhões, representando um crescimento de 25% comparado a 2011.

As reservas da Companhia e suas controladas são administradas de acordo com as melhores práticas de gestão de Ativos, Passivos e de Risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 430/2012 inclusive mantendo os títulos e valores mobiliários da categoria “mantidos até o vencimento”.

O resultado financeiro da Icatu Seguros e suas controladas atingiram o montante de R\$ 221,1 milhões, representando um crescimento de 32% comparado a 2011.

Em 2012 a Icatu Seguros e suas controladas aplicaram R\$ 2,2 milhões em projetos culturais e audiovisuais, esportivos e nos fundos dos direitos da criança e do adolescente.

O patrimônio líquido da Companhia atingiu R\$ 839,5 milhões ao final de 2012 e o volume de ativos livres alcançou R\$ 573,1 milhões.

A Icatu Seguros S.A. e suas controladas aproveitam a oportunidade para agradecer especialmente à sua equipe de funcionários e a seus parceiros e corretores pela conquista desses resultados, aos clientes pela preferência e confiança, e à SUSEP e aos acionistas por todo apoio recebido.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2013.
A Administração.

* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + despesa com resseguro + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas + Arrecadação com títulos de capitalização



KPMG Auditores Independentes
Av. Almirante Barroso, 52 - 4º
20031-000 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil
Caixa Postal 2888
20001-970 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil

Central Tel 55 (21) 3515-9400
Fax 55 (21) 3515-9000
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Acionistas da
Icatu Seguros S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Icatu Seguros S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Carlos Eduardo Munhoz
Contador CRC 1SP138600/O-7

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais)

		2012	2011 (Reclassificado)
ATIVO			
CIRCULANTE		8.506.828	6.678.454
DISPONÍVEL		22.649	26.426
APLICAÇÕES	Nota 5	8.243.539	6.447.494
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		169.342	100.687
Prêmios a Receber	Nota 7	95.252	63.574
Operações com Seguradoras		2.005	2.835
Operações com Resseguradoras		4.478	4.789
Outros Créditos Operacionais		67.607	29.489
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDENCIA COMPLEMENTAR		633	334
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO		3.838	20.206
ATIVOS DE RESSEGURO - PROVISÕES TÉCNICAS		4.518	5.545
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		34.675	41.293
Títulos e Créditos a Receber		25.929	22.227
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8	7.086	16.107
Outros Créditos		1.660	2.959
DESPESAS ANTECIPADAS	Nota 9	2.533	17.521
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		25.101	18.948
Seguros	Nota 14	22.536	15.220
Previdência	Nota 15	2.565	3.728
ATIVO NÃO CIRCULANTE		681.657	557.176
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		454.089	388.678
APLICAÇÕES	Nota 6	207.843	226.166
CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS		1.580	1.467
Operações com Seguradoras		37	72
Operações com Resseguradoras		1.543	1.395
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER		212.267	136.184
Créditos Tributários e Previdenciários	Nota 8	75.711	56.337
Depósitos Judiciais e Fiscais	Nota 18.3	136.556	79.847
CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS		32.399	24.861
Seguros	Nota 14	17.407	14.101
Previdência	Nota 15	14.992	10.760
INVESTIMENTOS	Nota 10	185.672	125.639
IMOBILIZADO	Nota 11	11.459	9.427
INTANGÍVEL	Nota 12	30.437	33.432
TOTAL DO ATIVO		9.188.485	7.235.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais)

	2012	2011
PASSIVO		
CIRCULANTE	2.541.319	2.272.980
CONTAS A PAGAR	209.880	101.448
Obrigações a Pagar	119.679	64.017
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	42.211	11.852
Encargos Trabalhistas	8.284	6.902
Impostos e Contribuições	30.910	16.003
Outras Contas a Pagar	8.796	2.674
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS	83.930	40.355
Prêmios a Restituir	1.811	1.003
Operações com Seguradoras	1.709	272
Operações com Resseguradoras	3.902	3.782
Corretores de Seguros e Resseguros	30.020	24.520
Outros Débitos Operacionais	46.488	10.778
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	1.498	1.224
Contribuições a Restituir	2	3
Débitos de Resseguros	71	13
Outros Débitos Operacionais	1.425	1.208
DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM CAPITALIZAÇÃO	9.476	17.992
DEPÓSITOS DE TERCEIROS	Nota 13 17.666	15.665
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	Nota 14 546.608	443.138
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	Nota 15 40.125	38.527
PROVISÕES TÉCNICAS - CAPITALIZAÇÃO	Nota 16 1.632.136	1.614.631
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	5.807.620	4.308.813
CONTAS A PAGAR	Nota 18.2 126.319	90.964
PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS	Nota 14 2.354.014	1.456.200
PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	Nota 15 3.309.896	2.742.273
OUTROS DÉBITOS	Nota 18.1 17.391	19.376
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota 19 839.546	653.837
Capital Social	300.398	300.398
Reservas de Capital	35.577	35.577
Reservas de Lucros	390.662	275.562
Outros Resultados Abrangentes	112.909	42.298
Participação dos Sócios Não Controladores	-	2
TOTAL DO PASSIVO	9.188.485	7.235.630

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**
 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	2012	2011
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE SEGUROS	211.170	103.671
Prêmios Emitidos	1.123.079	798.013
Contribuições para Cobertura de Riscos	3.668	3.125
Variação das Provisões Técnicas	(21.213)	(21.400)
Prêmios Ganhos	1.105.534	779.738
Sinistros Ocorridos	(619.231)	(501.131)
Custos de Aquisição	(181.174)	(138.664)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(93.959)	(36.272)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	(6.412)	(2.971)
Receita com Resseguro	1.790	5.015
Despesa com Resseguro	(8.202)	(7.986)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE PREVIDÊNCIA	28.404	38.194
Rendas de Contribuições e Prêmios	849.596	498.846
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(587.183)	(287.116)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	262.413	211.730
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	52.640	45.731
Variação de Outras Provisões Técnicas	(276.852)	(209.763)
Custo de Aquisição	(9.013)	(9.294)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(784)	(210)
RESULTADO COM OPERAÇÕES DE RESSEGURO	(828)	80
Receita com Resseguro	(644)	566
Despesa com Resseguro	(184)	(486)
OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO	53.699	58.378
Receitas Líquidas com Títulos de Capitalização	144.551	139.732
Custo de Aquisição	(75.976)	(75.695)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	(14.876)	(5.659)
Outras Receitas Operacionais	753	-
Outras Despesas Operacionais	(15.629)	(5.659)
Despesas Administrativas	(271.007)	(238.293)
Despesas com Tributos	(61.091)	(44.041)
Resultado Financeiro	221.131	167.502
Resultado Patrimonial	66.764	58.342
RESULTADO OPERACIONAL	241.830	140.862
Ganhos ou Perdas com Ativos Não Correntes	(2.374)	91
RESULTADO ANTES DE IMPOSTOS	239.456	140.953
Imposto de Renda	(44.181)	(22.662)
Contribuição Social	(29.935)	(15.328)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	165.340	102.963
Quantidade de Ações	640.969	640.969
Lucro Líquido do Exercício por Ação - R\$	257,95	160,64

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS
CNPJ: 42.283.770/0001-39

**DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**

(Em milhares de reais)

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	165.340	102.963
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	35.508	(2.973)
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	59.180	2.342
Imposto sobre o ganho originado no exercício	(23.672)	(5.315)
Parcela de outros resultados abrangentes de coligadas	35.103	3.098
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>235.951</u>	<u>103.088</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais)

	RESERVAS DE CAPITAL			RESERVAS DE LUCROS		LUCROS (PREJUÍZOS) ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS SÓCIOS CONTROLADORES	PARTICIPAÇÃO DOS SÓCIOS NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
	CAPITAL SOCIAL	RESERVA DE AGIO NA SUBSCRIÇÃO DE AÇÕES	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	RESERVA LEGAL	RESERVA ESTATUTÁRIA					
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010	300.398	34.659	918	9.246	185.518	(22.165)	42.173	550.747	2	550.749
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	(2.973)	(2.973)	-	(2.973)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	-	-	-	-	-	-	3.098	3.098	-	3.098
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	102.963	-	102.963	-	102.963
Destinação do Lucro Líquido:										
Constituição Reserva Legal	-	-	-	5.148	-	(5.148)	-	-	-	-
Constituição Reserva Estatutária	-	-	-	-	75.650	(75.650)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2011	300.398	34.659	918	14.394	261.168	-	42.298	653.835	2	653.837
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011	300.398	34.659	918	14.394	261.168	-	42.298	653.835	2	653.837
Participação de acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(2)	(2)
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	-	35.508	35.508	-	35.508
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários - Reflexo	-	-	-	-	-	-	35.103	35.103	-	35.103
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	165.340	-	165.340	-	165.340
Destinação do Lucro Líquido:										
Dividendos declarados RCA de 10/09/2012 (R\$ 78,38 por ação ON e PN)	-	-	-	-	-	(50.240)	-	(50.240)	-	(50.240)
Constituição Reserva Legal	-	-	-	8.267	-	(8.267)	-	-	-	-
Constituição Reserva Estatutária	-	-	-	-	106.833	(106.833)	-	-	-	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO de 2012	300.398	34.659	918	22.661	368.001	-	112.909	839.546	-	839.546

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.

ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS
CNPJ: 42.283.770/0001-39

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011
(Em milhares de reais)

	2012	2011
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	165.340	102.963
Ajustes para:		
Depreciação e amortizações	9.395	8.252
Resultado de Equivalência Patrimonial	(66.749)	(58.329)
Ganho ou perda na alienação de imobilizado e intangível	1.774	-
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros	(1.777.722)	(946.730)
Créditos das operações de seguros, incluindo ativos oriundos de contratos de seguro	(68.768)	(50.290)
Créditos das operações de previdência complementar	(299)	(120)
Créditos das operações de capitalização	16.368	(5.372)
Ativos de resseguro	1.027	1.438
Créditos fiscais e previdenciários	87.235	46.028
Ativo fiscal diferido	(19.374)	563
Despesas antecipadas	14.988	10.338
Custos de aquisição diferidos	(13.691)	(11.706)
Depósitos judiciais e fiscais	(56.709)	(26.070)
Outros ativos	(105)	9.084
Fornecedores e outras contas a pagar	98.521	36.284
Impostos e contribuições	45.266	(4.800)
Débitos de operações com seguros e resseguros	43.575	12.430
Débitos das operações com previdência complementar	274	(283)
Débitos das operações com capitalização	(8.516)	(2.967)
Depósitos de terceiros	2.001	958
Provisões técnicas - Seguros	1.001.284	502.518
Provisões técnicas - previdência complementar	569.221	324.338
Provisões técnicas - capitalização	17.505	64.424
Outros passivos	52.194	(7.071)
Caixa Gerado pelas Operações	114.035	5.880
Dividendos recebidos	59.431	46.119
Impostos sobre o lucro pagos	(78.214)	(37.846)
Caixa Líquido Gerado nas Atividades Operacionais	95.252	14.153
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de imobilizado	(4.407)	(2.698)
Aquisição de investimentos	(38.589)	(111)
Aquisição de intangível	(5.799)	(11.699)
Alienação de investimentos	6	128
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(48.789)	(14.380)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	(50.240)	-
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Financiamento	(50.240)	-
Redução de caixa e equivalentes de caixa	(3.777)	(227)
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	26.426	26.653
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	22.649	26.426

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas.



ICATU SEGUROS S.A. E CONTROLADAS
CNPJ 42.283.770/0001-39

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E DE 2011**
(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Icatu Seguros S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, sediada no Rio de Janeiro, situada na Praça 22 de Abril, 36, Centro, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação e que atua nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência privada aberta, bem como em seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre – DPVAT por meio de consórcio. A Companhia participa, por intermédio de suas controladas (o “grupo Icatu Seguros”), nos segmentos de capitalização, prestação de serviços de consultoria e assessoria na área financeira e de mercado de capitais, administração de carteiras de títulos e valores mobiliários e administração de passivos de entidades abertas e fechadas de previdência complementar.

A Companhia tem os seguintes acionistas:

	Percentual de ações		
	ON	PN	Total
Icatu Holding S.A.....	44,59%	50,00%	45,31%
Icatu Assessoria Ltda.....	43,87%	30,64%	42,11%
Nalbrapar Ltda.....	10,38%	19,36%	11,58%
Pessoa Física.....	1,16%	0,00%	1,00%
Total.....	100,00%	100,00%	100,00%

Em setembro de 2012, a Companhia realizou a venda, pelo valor contábil, de sua participação na investida Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda., correspondente de 99,99% do capital social, para a Icatu Holding S.A., sua principal acionista.

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

2.1 Base de Preparação e Declaração de Conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas são de responsabilidade da Administração da Companhia e estão apresentadas em consonância com a Circular SUSEP nº 430/2012.

Em acordo com a referida Circular SUSEP, as demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas segundo os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, com base em pronunciamentos plenamente convergentes com as normas internacionais, emitidas pelo CPC e referendadas pela SUSEP.

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2013.

Devido à alteração advinda da Circular SUSEP nº 430/2012, que revogou a Circular SUSEP nº 424/11, a rubrica Outros Créditos Operacionais, no Ativo Circulante, deixou de totalizar na rubrica Créditos das Operações com Seguros e Resseguros. Em virtude desta modificação, foi efetuada reclassificação no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2011, para fins de comparabilidade.

A mesma Circular passou a admitir, opcionalmente, apresentação dos fluxos de caixa das atividades operacionais pelo método indireto. Desta forma, a demonstração do fluxo de caixa do exercício de 2011 foi modificada, com o objetivo de propiciar melhor comparabilidade.

2.2 Base de Mensuração

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas pelo regime de competência. Os registros estão mensurados de acordo com o custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias “ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado”, e “ativos financeiros disponíveis para venda”.

2.3 Moeda Funcional e de Apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas controladas atuam. As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia, dos fundos exclusivos e suas controladas.

2.4 Uso de Estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas requer que a Administração da Companhia e suas controladas se baseie em estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, as receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras consolidadas. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras consolidadas referem-se aos ativos financeiros avaliados pelo valor justo, ao registro dos passivos relacionados a sinistros, ao prazo de diferimento de certos custos de aquisição, à probabilidade de êxito nas ações judiciais, aos efeitos decorrentes da provisão para perdas sobre créditos e outros ativos, às provisões técnicas e às provisões judiciais.

Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas e o reconhecimento contábil de efeitos que por ventura surjam é efetuado no resultado do período em que as revisões ocorrem.

Informações adicionais sobre as estimativas encontram-se nas seguintes notas:

- Provisões Técnicas (vide nota nº 3.7);
- Aplicações Financeiras (vide nota nº 5.3).
- Créditos Tributários e Previdenciários (vide nota nº 8);
- Provisões Judiciais (vide nota nº 18).

2.5 Base de Consolidação

As práticas contábeis destacadas na Nota 3 foram adotadas de forma equânime em todas as empresas consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da Companhia, das empresas controladas citadas a seguir e dos fundos de investimento exclusivos:

Denominação Societária	Participação Acionária sobre Capital Total		Participação Acionária sobre Capital Total	
	2012		2011	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Icatu Capitalização S.A.....	100,00%	-	100,00%	-
Companhia Brasileira de Seguros e Previdência.....	100,00%	-	100,00%	-
Vanguarda Companhia de Seguros Gerais.....	100,00%	-	-	100,00%
Icatu Serviços de Adm. Previdenciária Ltda.....	99,98%	0,02%	99,98%	0,02%
Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda.....	-	-	99,99%	-
Icatu Consultoria Ltda.....	100,00%	-	0,99%	99,01%

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1 Consolidação

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia para consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas entre a controladora e as empresas controladas incluídas na consolidação, bem como das contas mantidas entre as controladas;
- Eliminação dos investimentos da controladora nas empresas controladas incluídas na consolidação, bem como dos investimentos entre as controladas;
- Destaque no balanço patrimonial da parcela correspondente à participação de acionistas não controladores (para o exercício de 2011);
- Os fundos de investimento exclusivos foram consolidados;
- Realocação da Receita de Capitalização.

3.2 Instrumentos Financeiros

Em atendimento aos Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 (IAS 32, 39 e IFRS 7), a Companhia e suas controladas efetuaram a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos.

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

b) Instrumentos Financeiros não Derivativos

b.1) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

- (I) Mensurados a valor justo por meio do resultado - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, ajustado ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas para apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado;
- (II) Disponíveis para venda – Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de “títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado” e “títulos mantidos até o vencimento”. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são apropriados ao resultado e ajustados aos seus respectivos valores justos, classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os respectivos vencimentos. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários. As valorizações e desvalorizações, quando realizadas, são apropriadas ao resultado, em contrapartida da mencionada conta no patrimônio líquido;
- (III) Mantidos até o vencimento - Representam títulos e valores mobiliários para os quais a Companhia e suas controladas têm intenção e capacidade de manter em carteira até o vencimento. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável; e
- (IV) Empréstimos e recebíveis – São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos. Tais valores compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros, Previdência e Capitalização, e demais contas a receber. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

c) Redução ao Valor Recuperável

c.1) Ativos Financeiros - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para os ramos de vida em grupo e acidentes pessoais coletivos baseada em estudo técnico individualizado das faturas, que leva em consideração o histórico de perdas e os riscos de inadimplência. Com base neste estudo é efetuada provisão de 90% das faturas vencidas há mais de 60 dias.

c.2) Ativos não Financeiros - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo.

d) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos reconhecidos a valor justo de contratos futuros e de *swaps* mantidos nos fundos de investimento exclusivos, que têm como objetivo principal proteger os ativos da Companhia dos riscos de mercado.

3.3 Custos de Aquisição Diferidos

Os Custos de Aquisição Diferidos compreendem os custos de angariação das operações de seguros e previdência complementar, que são diferidos e amortizados com base no prazo de vigência das apólices para as operações de seguros, e na experiência de persistência de cada produto e/ou plano, calculada atuarialmente, para as operações de previdência complementar.

3.4 Investimentos

As participações acionárias em empresas não controladas estão avaliadas pelo método da equivalência patrimonial, acrescidas de ágio gerado nas aquisições. Os resultados de equivalência patrimonial são apresentados nas demonstrações do resultado sob a rubrica “Resultado Patrimonial”.

Os outros investimentos permanentes estão contabilizados pelo método de custo, deduzidos de perdas ao seu valor recuperável, quando aplicável.

3.5 Imobilizado

O imobilizado está contabilizado ao custo e a depreciação é calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, sendo: equipamentos, móveis, máquinas e utensílios – 10% a.a.; veículos e benfeitorias em imóveis de terceiros – 20% a.a.. Adicionalmente, é demonstrado deduzido por perdas ao valor recuperável acumulado, quando aplicável.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação do valor de venda com o valor contábil líquido e são reconhecidos em “Ganhos e Perdas com Ativos não Correntes”, na demonstração do resultado.

3.6 Intangível

O intangível está contabilizado ao custo e é constituído, basicamente, de gastos com aquisição e desenvolvimento de softwares para uso interno. As amortizações são calculadas pelo método linear, considerando o prazo de vida útil de 5 anos, à taxa de 20% a.a.. O intangível deve ser avaliado a cada data de divulgação sobre o valor do ativo e a vida útil estimada.

3.7 Provisões Técnicas

As provisões técnicas de seguros de pessoas e previdência complementar aberta são constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme art. 2º e normas anexas à Resolução CNSP nº 162, de 26 de dezembro de 2006, alterada pelas Resoluções CNSP nº 181, de 17 de dezembro de 2007, nº 195, de 16 de dezembro de 2008, e nº 204, de 28 de maio de 2009, de acordo com as características dos respectivos planos.

No passivo circulante e não circulante foram classificadas as provisões brutas de resseguro. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes às respectivas datas base, foram classificadas no passivo não circulante. No ativo circulante foram registradas as provisões referentes às operações de resseguro, obtidas por meio da diferença entre as provisões brutas e aquelas calculadas com prêmios e/ou sinistros deduzidos das operações de resseguro.

3.7.1 Provisões Técnicas – Seguros e Previdência Complementar

3.7.1.1 Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre - VGBL, Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL e Fundo Garantidor de Benefício - FGB), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL, ou acrescidas da remuneração garantida prevista para o plano do tipo FGB.

As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relacionadas aos seguros de pessoas e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de benefício definido, em regime financeiro de capitalização, representam a diferença entre o valor presente dos benefícios futuros e o valor presente das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de renda, de pensão e pecúlio, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício.

3.7.1.2 Provisão de Sinistros a Liquidar e de Benefícios a Regularizar

As provisões de sinistros a liquidar e de benefícios a regularizar, contabilizadas no passivo circulante, correspondem ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data do balanço. Conforme Resolução CNSP 162, a baixa das reservas técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. No caso da provisão de sinistros a liquidar, é contabilizado adicionalmente um ajuste na mesma, adotando-se um percentual sobre o montante referente aos sinistros administrativos, a fim de refletir os ajustes de estimativas e as recusas de sinistros. As provisões de sinistros a recuperar e de benefícios a regularizar, contabilizadas no ativo circulante, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente.

3.7.1.3 Provisão de Sinistros / Eventos Ocorridos mas não Avisados

A provisão de sinistros/eventos ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das demonstrações financeiras consolidadas, sendo que:

(i) para os ramos de seguros de pessoas, a provisão de IBNR é constituída com base na estimativa final de sinistros já ocorridos mas ainda não avisados, adicionada das despesas de regulação. Esta provisão é calculada com base em métodos estatístico-atuariais, conhecidos como triângulos de *run-off*, que consideram o desenvolvimento mensal histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. Tal desenvolvimento é feito por montante envolvido de sinistros, observando o período dos últimos 60 meses.

(ii) para os contratos de benefícios de risco de previdência complementar, como não se tem experiência interna histórica significativa, a provisão de eventos ocorridos mas não avisados é calculada a partir da aplicação dos percentuais estabelecidos pela Circular SUSEP nº 448 de 04 de setembro de 2012, sobre o somatório das contribuições e sobre o somatório dos benefícios pagos nos últimos 12 meses, seguindo os demais critérios definidos na referida Circular.

3.7.1.4 Provisão de Prêmios não Ganhos

A provisão de prêmios não ganhos é constituída pela parcela dos prêmios retidos, pelo método *pro rata die*, correspondente aos períodos de risco não decorridos dos contratos, contemplando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão de prêmios.

3.7.1.5 Provisão de Riscos não Expirados

A provisão de riscos não expirados é constituída pela parcela das contribuições emitidas dos riscos de previdência complementar aberta e dos prêmios emitidos de seguro de vida individual, líquidos de carregamento, pelo método *pro rata die*, correspondente aos períodos de risco não decorridos dos contratos, contemplando uma estimativa para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão das contribuições e dos prêmios.

3.7.1.6 Provisão de Insuficiência de Contribuições/Prêmios

A provisão de insuficiência de contribuições é constituída para fazer face à tendência de maior sobrevida dos participantes/segurados para os planos de previdência complementar aberta e seguros de vida individual que concede benefício por sobrevivência e corresponde à diferença entre a expectativa de vida da tábua biométrica aprovada nos planos e seguros e a expectativa de vida da tábua AT-2000 *Male* ou AT-2000 *Female*. Nesse cálculo, são consideradas premissas de persistência e de conversão em renda e a taxa de juros aprovada nos planos. Essa provisão registra também as insuficiências identificadas no teste de adequação de passivos, quando aplicável.

3.7.1.7 Provisão de Oscilação de Riscos

A provisão de oscilação de riscos é constituída para cobrir eventuais desvios nos compromissos esperados nos planos de previdência complementar aberta e seguros de vida individual e é determinada com base na experiência de morte e invalidez, e observação estatística da respectiva sinistralidade e seus desvios, apurando o número de segurados expostos ao risco na data base do cálculo, os valores de indenização média e o número de sinistros ocorridos nos últimos 36 (trinta e seis) meses.

3.7.1.8 Provisão de Excedente Financeiro

A provisão de excedente financeiro corresponde a um percentual dos resultados financeiros sobre o valor do rendimento que exceda a rentabilidade mínima dos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que prevejam cláusula de distribuição de resultados financeiros.

3.7.1.9 Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar

A provisão de resgates e/ou outros valores a regularizar corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta e, por qualquer motivo, ainda não transferidas para a entidade/seguradora receptora até a data-base do balanço.

3.7.1.10 Provisão para Despesas Administrativas

A provisão para despesas administrativas é constituída para cobrir despesas decorrentes de pagamento de benefícios, previstos no plano de previdência complementar aberta e seguros de vida individual, em função de eventos ocorridos e a ocorrer, sendo calculada conforme metodologia aprovada na nota técnica atuarial em cada plano.

3.7.1.11 Provisão de Oscilação Financeira

A provisão de oscilação financeira é constituída para alguns assistidos em gozo de benefício de renda por sobrevivência de planos do tipo PGBL que possuem percentual de reversão de excedente financeiro inferior a 100%.

Esse valor apurado é calculado mensalmente pela diferença entre o saldo do fundo de investimento onde os recursos estão aplicados e a soma da Provisão Matemática de Benefícios Concedidos com a Provisão de Excedente Financeiro constituídas para cada assistido.

3.7.1.12 Provisão Complementar de Prêmios

A provisão complementar de prêmios é estimada mensalmente por ramo para complementar a Provisão de Prêmios não Ganhos. O cálculo é efetuado pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio comercial retido, e obtendo-se a diferença, se positiva, entre a média dos valores apurados, diariamente, para a Provisão de Prêmios não Ganhos no mês de constituição e a Provisão de Prêmios não Ganhos constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não.

3.7.1.13 Provisão Complementar de Contribuições

A provisão complementar de contribuições é estimada mensalmente por produto para complementar a Provisão de Riscos não Expirados. O cálculo é efetuado pelo método *pro rata die*, tomando-se por base as datas de início e fim de vigência do risco e o prêmio emitido líquido de carregamento, e obtendo-se a diferença, se positiva, entre a média dos valores apurados, diariamente, para a Provisão de Riscos não Expirados no mês de constituição e a Provisão de Riscos não Expirados constituída, considerando todos os riscos vigentes, emitidos ou não.

3.7.1.14 Teste de Adequação dos Passivos

O CPC 11 (IFRS 4) requer que as entidades que emitem contratos classificados como contratos de seguro analisem a adequação dos passivos registrados em cada data de divulgação através de um teste mínimo de adequação.

Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, em 31 de dezembro de 2012, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras.

Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. Para os contratos de previdência, como estimativa de sobrevivência, foram utilizadas as tábuas de mortalidade BR-EMSsb-V.2010-m e BR-EMSsb-V.2010-f, ajustadas por critério de desenvolvimento das expectativas de longevidade, utilizando a tabela de experiência da SOA (escala G), variando por idade atingida e sexo. Consideramos saídas por cancelamento e índice de conversibilidade em renda, com base no histórico dos planos observado ao período máximo de três anos. As rendas foram assumidas como vitalícias. Como despesas de manutenção foram consideradas as diretamente relacionadas com a operação, diferenciadas pela fase de diferimento ou de recebimento do benefício. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco, e deste montante foi deduzida a parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor do registro contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas, registrados contabilmente no ativo na categoria "mantido até o vencimento".

A Administração entende que o método considerando a diferença dos títulos mantidos até o vencimento no teste de adequação de passivos, é similar ao cálculo de desconto a valor presente pela taxa de retorno estimado sobre os ativos garantidores, e portanto efetuou também, o cálculo com a respectiva taxa obtendo resultados semelhantes nos dois métodos de cálculo.

Para os produtos de previdência estruturados na modalidade de Benefício Definido (previdência tradicional), FGB – Fundo Garantidor de Benefício, Dotal Misto (parcela sobrevivência) e para os benefícios já concedidos, o resultado do TAP foi positivo e gerou uma insuficiência de R\$ 24.863 registrada na Provisão de Insuficiência de Contribuições.

O saldo contábil das provisões técnicas acrescido do efeito monetário, em relação à vinculação de ativos em cobertura, corresponde a R\$ 415.031.

Os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL) e os produtos de Risco de Previdência, Dotal Misto (parcela morte) e Seguros de Pessoas Individual e Coletivo não apresentaram insuficiência de provisão em relação as estimativas de fluxo de caixa futuro.

3.7.1.15 Contratos de Seguro

Um Contrato de Seguro, de acordo com o CPC 11 (IFRS 4), é aquele pelo qual uma parte (o segurador) aceita um risco significativo de seguro de outra parte (o segurado) ao concordar em compensar o segurado ou outro beneficiário se um acontecimento incerto futuro especificado (o evento segurado) afetar o segurado adversamente.

A Companhia e suas controladas procederam à análise de seus negócios e concluíram que suas operações caracterizam-se como “contrato de seguro” de acordo com os preceitos contidos no CPC 11 (IFRS 4).

3.7.2 Provisões Técnicas – Capitalização

3.7.2.1 Provisão Matemática para Resgates

A provisão matemática para resgates representa o montante dos pagamentos efetuados pelos subscritores, deduzidos das quotas de sorteio e de carregamento, quando previstas, acrescidos mensalmente da taxa de juros e do índice de correção previstos no plano aprovado.

3.7.2.2 Provisão para Resgates de Títulos Vencidos e Antecipados

A provisão para resgates de títulos vencidos e antecipados representa os valores de resgates ainda não pagos até a data-base do balanço.

3.7.2.3 Provisão para Sorteios a Realizar

A provisão para sorteios a realizar é constituída para cobrir os sorteios que já foram custeados, mas que na data dos balanços mensais ainda não foram realizados. Corresponde à diferença entre o valor atual das despesas futuras com sorteios de cada título, referentes aos sorteios a serem realizados, e das receitas futuras de cada título para custeio dos sorteios (quotas de sorteio).

3.7.2.4 Provisão de Sorteios a Pagar

A provisão de sorteios a pagar corresponde aos valores dos prêmios de sorteios devidos e ainda não pagos até a data-base do balanço.

3.7.2.5 Provisão para Despesas Administrativas

A provisão para despesas administrativas é constituída para cobrir as despesas futuras de administração e operação dos planos, sendo apurada para os títulos de pagamento único e de pagamento mensal que não cobram carregamento em todas as parcelas, considerando as premissas de persistência, de custo administrativo/operacional unitário do título e da taxa de juros de 0,5% ao mês.

3.7.2.6 Provisão para Contingências

A provisão para contingências é constituída para a distribuição de bônus, quando previsto no plano, e sua metodologia de cálculo é idêntica à da provisão matemática para resgates.

3.7.2.7 Prescrição de Títulos

A Companhia adota, nas provisões para resgates de títulos vencidos e antecipados e sorteios a pagar, a baixa dos valores prescritos atendendo as disposições previstas no Código Civil.

3.8 Provisões Judiciais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo CPC25 (IAS 37) - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" e levam em consideração a avaliação dos assessores jurídicos da Companhia e suas controladas em relação às probabilidades de desfecho desfavorável no julgamento final dos processos judiciais.

As provisões constituídas para fazer face às perdas decorrentes de ações judiciais de natureza cível, trabalhista e fiscal, objeto de contestação judicial, são contabilizadas com base nas opiniões do departamento jurídico interno, dos consultores legais independentes e da Administração sobre a provável saída de recursos para liquidação das obrigações. A Companhia e suas controladas adotaram o critério de provisionar a totalidade das provisões de natureza cível, trabalhista e fiscal cuja probabilidade de perda é considerada provável. As provisões de natureza trabalhista, fiscal e cível, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais", no Passivo não Circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contratos de seguros estão contabilizadas na provisão de Sinistros a Liquidar, no Passivo Circulante. As obrigações fiscais e previdenciárias em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC.

Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações obtidas através do departamento jurídico interno e dos consultores legais independentes.

Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis e trabalhistas são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada.

Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante, e são atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR para os depósitos judiciais trabalhistas e cíveis.

3.9 Resultado

Os prêmios de seguros e cosseguros e comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e resseguros e comissões correspondentes, são contabilizados em resultado quando da emissão das respectivas apólices e faturas de seguros e apropriados em bases lineares no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão de provisão para prêmio não ganho e dos custos de aquisição diferidos.

São contabilizadas, também, as receitas de prêmios estimados e as correspondentes despesas de comercialização (custos de aquisição diferidos) relativas aos riscos vigentes cujas apólices ainda não foram emitidas.

A controlada Icatu Capitalização S.A. avaliou a possibilidade de efetuar o diferimento das receitas com taxa de carregamento de títulos de pagamento único (PU). Esse estudo considerou os custos de manutenção dos títulos até o término da vigência dos mesmos. Concluiu-se que essas despesas já estavam contempladas dentro da Provisão para Despesas Administrativas e que os demais custos seriam imateriais frente à receita auferida. Logo, a controlada Icatu Capitalização S.A. não efetua o diferimento das receitas com taxa de carregamento de títulos de PU, registrando-a integralmente quando da emissão dos respectivos títulos.

A receita com títulos de capitalização (taxa de carregamento) de pagamento mensal é registrada conforme abaixo:

- Primeira mensalidade quando da respectiva emissão;
- Demais mensalidades quando do efetivo recebimento.

Os custos de aquisição com títulos de capitalização são contabilizados quando incorridos.

As operações do Consórcio DPVAT são contabilizadas, com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”) na proporção do percentual de participação da Companhia e de suas controladas Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Companhia Brasileira de Seguros e Previdência, no consórcio. Conforme definido em instrumentos dos consórcios, 50% do resultado mensal são retidos pela Seguradora Líder ao longo do período e repassados líquidos à Companhia e suas controladas Vanguarda Companhia de Seguros Gerais e Companhia Brasileira de Seguros e Previdência no início do exercício social seguinte. Os outros 50% dos resultados a distribuir são repassados líquidos no mês subsequente ao da apuração mensal.

As operações de cosseguros aceitas e retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB-Brasil Resseguros S.A., respectivamente.

As contribuições para planos de previdência e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL) são reconhecidos como Renda de Contribuições e Prêmios quando ocorre o seu efetivo recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do período.

3.10 Benefícios a Empregados

Obrigações por aposentadorias

Plano de contribuição definida é um plano de benefícios sob o qual a Companhia e suas controladas pagam contribuição fixa para uma entidade separada, no caso a Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado, e não terão nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As contribuições aos planos de previdência de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais, estacionamento, vale-transporte, vale-refeição e alimentação e treinamento profissional são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado do exercício à medida que são incorridos.

3.11 Impostos e Contribuições

3.11.1 Impostos Correntes

A provisão para imposto de renda foi constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano, e a provisão para contribuição social à alíquota de 15%.

3.11.2 Impostos Diferidos

Os impostos diferidos são constituídos mediante a aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social, vigentes na data de encerramento do balanço, sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, ajustados pelo valor da provisão para não realização, quando aplicável.

3.12 Práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP) em comparação com as práticas adotadas de acordo com o *International Financial Reporting Standards (IFRS)*

As práticas contábeis descritas na Nota 3 foram aplicadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2012, e nas informações comparativas apresentadas para o ano encerrado em 31 de dezembro de 2011.

No balanço patrimonial as antecipações de imposto de renda e contribuição social, que eram apresentadas no ativo, foram reclassificadas para as contas de provisão de imposto de renda e contribuição social no passivo, a fim de demonstrar o valor líquido a pagar.

A única diferença identificada no patrimônio líquido foi o registro da participação de acionistas não controladores no montante de R\$ 2, no exercício de 2011, decorrente da consolidação integral da controlada Icatu Vanguarda Adm. de Recursos, que era consolidada anteriormente de forma proporcional.

Na demonstração do resultado foi feita a reclassificação, para fins de demonstração, da despesa com "Participação sobre o resultado", para a o grupo de Despesas Administrativas.

3.13 Novas Normas e Interpretações ainda não Adotadas

Diversas novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2012

As referidas normas e interpretações entrarão em vigência a partir do exercício de 2013, e não foram aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenham efeito material sobre as demonstrações financeiras do Grupo exceto pelo IFRS 9 *Financial Instruments* que pode modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo grupo, pelo IFRS 10 *Consolidated Financial Statements*, que pode ter impacto nas entidades atualmente consolidadas pelo Grupo e pelo IFRS 13 *Fair Value Measurement*, que estabelece uma estrutura de mensuração, além de requerer divulgações adicionais sobre a mensuração do valor justo, inclusive para ativos e passivos não-financeiros. O Grupo não espera adotar essas normas antecipadamente.

A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia pela SUSEP.

4. GESTÃO DE RISCO

O processo de avaliação de riscos se baseia em identificar e considerar as implicações e relevância dos riscos envolvidos no âmbito da Companhia e de suas controladas, ou seja, nos seus negócios e nos processos que lhe dão suporte. A Companhia e suas controladas consideram fatores externos e internos que possam afetar o cumprimento adequado dos seus objetivos.

Responsabilidades pela Gestão de Riscos:

A Gestão de Riscos tem o suporte dos Diretores Executivos e do Conselho de Administração, com o apoio e avaliação de diversas áreas, dentre as quais as de *Compliance* e Controles Internos, assegurando o equilíbrio, a transparência e a integridade das informações publicadas.

Os responsáveis pelo gerenciamento de riscos têm a atribuição de, periodicamente, rever as estratégias dos negócios para entender e administrar os riscos relevantes, fixando níveis aceitáveis para tais riscos.

4.1 Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos

A formulação e revisão das políticas de controles internos tem por objetivo a melhoria contínua dos processos e controles na redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia e suas controladas.

A fundamentação para definição de componentes e ações essenciais a um processo organizado de gestão de riscos, que culmine na consolidação de um Sistema de Controles Internos, leva em consideração modelos de gerenciamento originados pelos pronunciamentos emitidos pelo COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*. O Sistema de Controles Internos e Gestão de Riscos Corporativos é baseado nesta metodologia, que concebe o Sistema de Controles Internos como resultado de ações estruturadas, inter-relacionados que constituem a base para uma estrutura integrada de riscos (*ERM – Enterprise Risk Management*).

4.1.1 Gerenciamento, acompanhamento e mensuração dos riscos

O processo de gerenciamento permite que os riscos sejam pró-ativamente identificados, mensurados, reduzidos, acompanhados e reportados, sendo constituído pelas seguintes etapas:

Identificação – Consiste em identificar os riscos inerentes às atividades da Companhia e suas controladas, contemplando a avaliação dos produtos, serviços, processos e objetivos.

Mensuração – Consiste em obter informações que permitam a mensuração de acordo com os níveis de exposição (alto, médio e baixo) baseado na ponderação entre o impacto x frequência por evento.

Redução – Representa as medidas tomadas pela Companhia e suas controladas para redução de riscos através de ações que minimizem o impacto no caso de ocorrências adversas. Contempla também a verificação da efetividade dos controles internos.

Acompanhamento – A Companhia e suas controladas acompanham a efetividade dos controles internos através de testes que garantam a eficácia destes na redução dos riscos a que a Companhia e suas controladas estão expostas.

Comunicação – Contempla todas as atividades voltadas à divulgação de informações sobre riscos e controles comunicados tempestivamente e permeados por toda a Companhia e suas controladas.

A gestão dos riscos é formalizada e consolidada através da Matriz de Riscos e Controles que tem como objetivo fornecer uma visão dos riscos aos quais as atividades e negócios da Companhia e suas controladas estão sujeitos e os controles adotados para controlar tais riscos, e através dos registros de eventos e exceções autorizadas, como se segue:

Matrizes de riscos: permitem à Companhia e suas controladas identificar, avaliar, tratar, controlar, consolidar e monitorar os riscos aos quais as atividades e negócios estão sujeitos. Tais matrizes são periodicamente revisadas, visando sua constante atualização.

Nessas matrizes os riscos são identificados e listados por área, juntamente aos controles envolvendo cada evento. Cada risco e controle trazem informações qualitativas permitindo, desta forma, a classificação de cada processo de acordo com os níveis de exposição (alto, baixo ou médio), informando ainda o tipo de risco.

Registros de eventos: Considerados riscos efetivamente materializados e que podem resultar em perdas ou não. Riscos de menor nível de exposição podem ser autorizados através de Relatórios de *Compliance* ou em Estudo de Risco relativo a negócios específicos, desde que atendam às necessidades de flexibilização de padrões ou regras de negócios, porém devem acontecer dentro de parâmetros previamente definidos, com políticas internas e devidamente autorizada por quem tenha poderes ou alçada.

O registro dos eventos serve para acompanhar a conformidade dos processos e exposição aos riscos a que as atividades cotidianas estão sujeitas, ou mesmo nos quais venham a incorrer, para estabelecer e praticar controles internos e planos de ação que reduzam os respectivos riscos e corrijam as deficiências.

Estes procedimentos visam também à documentação e armazenamento de tais informações para formação de banco de dados sobre perdas operacionais.

Tais informações permitirão a Companhia e suas controladas adotar abordagens e métodos mais eficazes na gestão do referido risco.

No entanto, eventuais perdas constatadas ao longo do processo podem ser observadas e após devidamente registradas, são comunicadas à Área de *Compliance* e Controles Internos da Companhia.

4.2 Descrição dos riscos nas operações - O Gerenciamento de Riscos Corporativos abrange as seguintes categorias de risco: Crédito, Mercado, Liquidez, Subscrição, Operacional, Estratégico, Legal e *Compliance*.

(a) **Risco de Crédito** – O risco de crédito pode ocorrer na possibilidade da Seguradora não receber os valores decorrentes dos créditos detidos juntos aos segurados, seguradoras e resseguradoras, das apólices emitidas e quanto aos créditos detidos juntos às instituições financeiras decorrentes das aplicações financeiras.

a.1) Operações de Seguro - Com relação ao risco de não recebimento dos prêmios a receber, a política de crédito considera as peculiaridades das operações de seguros e é orientada de forma a manter a flexibilidade exigida pelas condições de mercado e pelas necessidades dos clientes. A Companhia mantém um plano de alçadas para as operações de aceitação dos riscos e emissão das respectivas apólices de seguros, que contemplam também a análise do histórico de crédito do cliente e a exposição ao risco de cada operação.

a.2) Operações de Resseguro - Para fins de contratação de resseguro é observado o risco de crédito sob os seguintes aspectos: cessão máxima, exposição total ao risco de crédito do ressegurador, limite de cessão por *rating* e limite de crédito por ressegurador.

a.3) Aplicações Financeiras - Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos através da Política de Investimentos da Companhia e suas controladas.

É o risco de não recebimento dos valores decorrentes das aplicações financeiras em créditos detidos junto a Governos, às instituições financeiras e outros emissores privados.

Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento, é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos das empresas e fundos. Um dos itens que integram essas análises é o *rating* atribuído por agências externas para classificação do risco das empresas e fundos de investimento. A classificação do risco de crédito por agências externas de *rating* é um sistema de mensuração baseado em

pontuação e enquadramento dos riscos em classes previamente definidas. A essas classes são atribuídas notas que refletem diferentes graus de risco, de acordo com uma escala predeterminada, que é parte integrante do modelo de avaliação. No sistema utilizado, AAA é a classificação de menor risco. Com base na análise de *ratings* e avaliações qualitativas, que podem englobar avaliação sobre aspectos como características da emissão, setores de atuação e ambiente de investimento, estrutura societária, país de origem ou sede, restrições e desdobramentos normativos, são estabelecidos os limites de crédito. Limites esses utilizados para restringir as exposições máximas por modalidade de ativo e concentração – sujeitas ainda a preceitos normativos.

O risco soberano do Governo brasileiro representa o menor risco de crédito em moeda local, o que corresponde à nota AAA na escala nacional, e está relacionado às emissões locais em reais de títulos públicos federais apresentados na carteira de investimentos da Companhia.

O volume das aplicações em créditos privados, classificados no nível 2, com exceção das cotas de fundos não exclusivos, estava assim distribuído na data base, de acordo com a classificação das agências externas de *rating* Standard and Poor's, Fitch e Moody's:

31/12/2012							
Rating	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Total
AAA.....	130.600	18.861	-	272.582	14.259	63.456	499.758
AA+.....	152.579	242.986	1.277	106.533	-	28.511	531.886
AA.....	67.686	3.522	-	-	1.244	1.822	74.274
AA-.....	93.202	5.199	-	6.061	2.744	2.240	109.446
A+.....	35.738	70.585	-	11.986	-	-	118.309
A.....	24.256	15.633	-	-	-	2.225	42.114
A-.....	12.179	10.208	-	-	-	12.309	34.696
BBB+.....	1.507	13.892	4.691	-	-	-	20.090
BBB.....	-	5.060	-	-	-	-	5.060
BBB-.....	-	7.034	10.110	-	-	-	17.144
BB+.....	-	6.449	-	-	-	-	6.449
BB.....	2.082	-	-	-	-	-	2.082
BB-.....	-	-	5.419	-	-	-	5.419
B+.....	520	-	-	-	-	-	520
TOTAL	520.349	399.429	21.497	397.162	18.247	110.563	1.467.247

31/12/2011							
Rating	Debêntures	CDB	DPGE	LF	CRI	FIDC	Total
AAA.....	113.554	124.696	-	-	-	69.132	307.382
AA+.....	77.541	267.632	8.272	-	-	28.088	381.533
AA.....	56.145	5.183	-	-	1.655	522	63.505
AA-.....	74.883	17.147	-	-	-	3.315	95.345
A+.....	26.827	68.815	-	-	-	-	95.642
A.....	42.461	14.704	-	-	-	-	57.165
A-.....	10.279	14.924	-	-	-	7.184	32.387
BBB+.....	188	10.135	9.061	-	-	-	19.384
BBB.....	-	-	1.368	-	-	-	1.368
BBB-.....	-	7.052	17.038	-	-	-	24.090
BB+.....	1.429	4.099	4.935	-	-	-	10.463
B.....	-	-	6.107	-	-	-	6.107
TOTAL	403.306	534.387	46.782	-	1.655	108.241	1.094.371

- (b) **Risco de Mercado** - É o risco de o valor de um instrumento financeiro ou de uma carteira de instrumentos financeiros se alterar em virtude da volatilidade de variáveis exógenas existentes no Mercado, causadas por fatores adversos. Fundamentalmente: taxas de juros, índices de preços (inflação), renda variável e derivativos; onde para cada um destes associa-se um risco específico.

Risco nas taxas de juros – é o risco dos instrumentos financeiros oscilarem devido a mudanças nas taxas de juros de mercado.

A principal metodologia empregada pela Companhia e suas controladas para o gerenciamento do risco de mercado baseia-se no cálculo do *VaR* (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do *VaR*, são realizados testes de *stress* para verificar a perda esperada em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal, com informações sobre o *VaR* e nível de *stress* da carteira, ambas analisadas sobre as posições globais de investimentos. O conceito de *VaR* tem como objetivo quantificar, com base em dados históricos, qual a perda esperada em um prazo específico dentro de um intervalo estatístico de confiança.

Além do monitoramento do Risco de Mercado, uma série de análises de sensibilidade são utilizadas como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Seus resultados são utilizados para mitigação de riscos e para o entendimento do impacto sobre os resultados e sobre o patrimônio líquido em condições normais e em condições atípicas. Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições de mercado previstas para períodos futuros e têm seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão e também para identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas.

Risco nos índices de preços (inflação) - A Companhia e suas controladas possuem parte dos passivos não judiciais dos negócios de seguros, além de causas judiciais que por determinação legal estão sujeitas à atualização e produtos com garantias indexados à inflação. Desta forma, para fazer frente a esse risco, são realizados investimentos em títulos indexados a índices inflacionários.

Risco de Renda Variável - é o risco de perda no valor dos ativos financeiros ocasionada pela oscilação do preço das ações negociadas no mercado. A Companhia detém participação em renda variável na carteira de ativos que garante a cobertura das provisões técnicas cuja posição em 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 458.074 (R\$ 395.933 em 2011).

Risco de Derivativos

A política de utilização de instrumentos financeiros derivativos, principalmente de contratos futuros e de *swaps* mantidos nos fundos de investimento exclusivos, tem como objetivo principal proteger os ativos e passivos da Companhia e de suas controladas dos riscos de mercado através da redução da exposição a determinados fatores de risco com simultâneo aumento da exposição ao índice de referência da carteira, do fundo ou do passivo vinculado ao plano ou seguro, conforme o caso.

A estratégia da Companhia e de suas controladas para mitigar os riscos com derivativos é analisar as carteiras dos fundos de investimento, diariamente, visando identificar eventuais diferenças de alocação dos ativos em relação aos objetivos de rentabilidade dos fundos e limites de risco.

Os riscos associados a essas estratégias são mensurados através do sistema de controle de risco *Accenture Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários dos fundos.

Durante os cálculos dos valores em risco em função dos ativos negociados e expectativas de taxas de juros e oscilações de mercado, a Companhia e suas controladas verificam se esses valores, em um ambiente de *stress* de mercado, podem comprometer a rentabilidade em relação ao que está determinado nos respectivos regulamentos dos fundos.

O valor dos derivativos da Companhia e de sua controlada Icatu Capitalização S.A. está divulgado na nota explicativa nº 6.

b.1) Análise de Sensibilidade das Aplicações Financeiras

A Análise de Sensibilidade das Aplicações Financeiras foi elaborada levando em consideração:

- (i) O *Value at Risk (VaR)* paramétrico que é a perda máxima esperada da carteira, a um nível de confiança, dentro de um horizonte de tempo determinado. Para este caso utilizamos a janela de um dia com nível de confiança de 95%. A volatilidade foi calculada utilizando o modelo de Médias Móveis Exponencialmente Ponderadas (EWMA, em inglês) com uma janela de 300 dias e *lambda* de 0,94.
- (ii) DV01 (*dollar-value for one basis-point*) é uma métrica de risco amplamente utilizada pelo mercado de renda fixa como medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação nas taxas de juros a qual sua remuneração está associada. Consiste em variar a taxa de juros em um *basis-point*, ou 0,01%, e verificar o quanto o valor justo do título se altera.

No quadro abaixo apresentamos:

- A perda esperada em um dia com 95% de confiança através da metodologia *VaR* paramétrico;
- A perda com a oscilação de um *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia DV01.

Fatores de Risco	31/12/2012			31/12/2011		
	DIV-01	VAR	Exposição	DIV-01	VAR	Exposição
Préfixado - DI.....	2.235	2.417	5.124.151	2.317	1.802	4.249.020
Taxa Referencial.....	12	333	95.040	26	371	211.244
IGPM.....	521	7.966	750.022	616	5.675	588.818
IPCA.....	1.479	7.055	2.024.095	936	3.463	1.228.645
Ações.....	-	10.108	458.074	-	10.545	395.933
TOTAL		27.879	8.451.382		21.856	6.673.660

- (c) **Risco de Liquidez** - está relacionado à eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações atuais e futuras, previstas ou não, assim como novas exigências de garantias, sem afetar suas operações ou sua posição financeira. A gestão do risco de liquidez, no âmbito dos ativos financeiros, tem como principal objetivo monitorar os prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos da Companhia e de suas controladas.

O risco de liquidez de caixa de curto prazo é controlado utilizando o *Modelo de Miller-Orr*. A liquidez de longo prazo é monitorada através do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM – Assets and Liabilities Management*) definido na Política de Investimentos e aprovado em Comitê de Investimentos interno.

- (d) **Risco de Subscrição** - É o risco de uma situação econômica adversa que contraria a expectativa da Companhia no momento da elaboração de uma política de subscrição no que se refere às incertezas inerentes as premissas atuariais e financeiras ou na constituição das provisões técnicas.
- (e) **Risco Operacional** - É definido como a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas ou de eventos externos. Inclui o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados, bem como as indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas.
- (f) **Risco Estratégico** - É o risco de perda resultante de processos ou tomadas de decisões que impactem a sustentabilidade, o crescimento ou a obtenção de vantagem competitiva. Pode ser: risco de planejamento, custo de oportunidade, indicadores de metas, comunicação (falta de transparência e clareza nas informações dos negócios da Companhia e de suas controladas), concorrência e preço.
- (g) **Risco Legal e Compliance** - É o risco de perda resultante do não cumprimento das leis e/ou regulamentações, perda de reputação e má formalização de operações. Pode ser: risco com órgãos reguladores, risco de operações em desacordo com as políticas e procedimentos internos, risco de lavagem de dinheiro, riscos de contratos e riscos de fraudes.

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As exposições máximas ao risco de crédito, bem como os riscos de mercado e de liquidez dos ativos financeiros da Companhia e de suas controladas estão descritos na nota 4.2. As composições dos ativos financeiros detidos pela Companhia e suas controladas estão demonstradas a seguir:

5.1 Composição dos Instrumentos Financeiros

Descrição	31/12/2012			31/12/2011		
	Valor Contábil	Valor de Mercado	%	Valor Contábil	Valor de Mercado	%
Ações.....	438.722	438.722	5,13%	377.617	377.617	5,66%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB.....	399.429	399.429	4,67%	534.303	534.303	8,01%
Debêntures de Distribuição Pública.....	520.349	520.349	6,09%	389.065	389.065	5,83%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	751.156	751.156	8,79%	1.062.714	1.062.714	15,92%
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	1.347.729	1.347.729	15,77%	728.569	728.569	10,92%
Operações Compromissadas.....	1.023.569	1.023.569	11,97%	-	-	0,00%
Certificado de Recibo Imobiliário - CRI.....	18.247	18.247	0,21%	-	-	0,00%
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE.....	21.497	21.497	0,25%	46.782	46.782	0,70%
Outras Aplicações.....	(322)	(322)	0,00%	8.256	8.256	0,12%
Letras Financeiras - LF.....	397.162	397.162	4,65%	-	-	0,00%
Fundo de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC.....	110.563	110.563	1,29%	108.241	108.241	1,62%
Fundos de Investimento de Renda Fixa.....	170.189	170.189	1,99%	170.619	170.619	2,56%
Fundo de Investimento de Ações.....	30.640	30.640	0,36%	22.350	22.350	0,33%
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	1.064.666	1.064.666	12,45%	1.309.863	1.309.863	19,63%
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos.....	980.875	980.875	11,48%	788.025	788.025	11,81%
Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	7.274.471	7.274.471	85,10%	5.546.404	5.546.404	83,11%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	-	-	0,00%	7.857	7.857	0,12%
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	969.068	969.068	11,34%	893.233	893.233	13,38%
Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda	969.068	969.068	11,34%	901.090	901.090	13,50%
Total no Circulante	8.243.539	8.243.539	96,44%	6.447.494	6.447.494	96,61%

Quotas de Fundos de Investimento- Não Exclusivos Bloqueio Judicial.....	3.484	3.484	0,04%	-	-	0,00%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	2.979	2.979	0,03%	-	-	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública.....	-	-	0,00%	10.527	10.527	0,16%
Categoria I - Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	6.463	6.463	0,07%	10.527	10.527	0,16%
Certificado de Recibo Imobiliário - CRI.....	-	-	0,00%	1.655	1.655	0,02%
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB.....	-	-	0,00%	84	84	0,00%
Debêntures de Distribuição Pública.....	-	-	0,00%	3.714	3.714	0,06%
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	762	762	0,01%	592	592	0,01%
Quotas de Fundos de Investimento- Não Exclusivos Bloqueio Judicial.....	-	-	0,00%	5.740	5.740	0,09%
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	67.454	67.454	0,79%	79.953	79.953	1,19%
Categoria II - Títulos Disponíveis para Venda	68.216	68.216	0,80%	91.738	91.738	1,37%
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	133.164	230.185	2,69%	123.901	178.703	1,86%
Categoria III - Títulos Mantidos até o Vencimento	133.164	230.185	2,69%	123.901	178.703	1,86%
Total no Não Circulante	207.843	304.864	3,56%	226.166	280.968	3,39%

Em 31 de dezembro de 2012 o valor avaliado pela “curva” dos títulos disponíveis para venda monta a R\$ 884.585 (R\$ 930.430 em 31 de dezembro de 2011). Dessa forma, os ganhos e perdas não realizados, registrados como ajustes de Avaliação Patrimonial, montam a R\$ 152.697 (R\$ 62.398 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia e sua controlada Icatu Capitalização S.A., com base nas Cartas SUSEP/DITEC/CGSOA nº 58/2011 de 19/12/2011, estão mantendo os depósitos a prazo com garantia especial – DPGE’s, adquiridos até 31 de dezembro de 2011, até a data de seu vencimento.

As quotas de fundos de investimentos estão valorizadas pelos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

Os vencimentos das aplicações financeiras dos títulos e valores mobiliários, com exceção dos fundos não exclusivos, estão distribuídos da seguinte forma:

	2012		2011	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Até 1 ano.....	2.741.009	2.741.009	1.455.982	1.455.982
De 1 a 5 anos.....	2.301.973	2.301.973	2.933.848	2.933.848
Acima de 5 anos....	2.125.271	2.222.292	1.232.656	1.287.458
Sem Vencimento....	298.770	298.770	257.409	257.409
Total	7.467.023	7.564.044	5.879.895	5.934.697

5.2 Movimentação das Aplicações

	<u>Valor justo por meio de resultado</u>	<u>Disponível para venda</u>	<u>Mantidos até o vencimento</u>	<u>Total</u>
Saldo em 31/12/2010	4.572.129	1.036.648	118.153	5.726.930
Aplicação.....	3.936.761	665.322	-	4.602.083
Resgate.....	(3.388.247)	(814.021)	-	(4.202.268)
Rentabilidade.....	436.288	104.879	5.748	546.915
Saldo em 31/12/2011	5.556.931	992.828	123.901	6.673.660
Aplicação.....	4.977.999	6.373	-	4.984.372
Resgate.....	(4.082.649)	(44.230)	-	(4.126.879)
Rentabilidade.....	828.653	82.313	9.263	920.229
Saldo em 31/12/2012	7.280.934	1.037.284	133.164	8.451.382

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo

Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados a valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos e índices divulgados pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e pela BM&FBOVESPA, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo, sendo:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços);
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Segue-se a composição das aplicações financeiras classificados por níveis de hierarquia de mensuração a valor justo:

	31/12/2012			31/12/2011		
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Total</u>
Ações	438.722	-	438.722	377.617	-	377.617
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	1.064.666	1.064.666	1.309.863	-	1.309.863
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	-	821.589	821.589	1.150.524	-	1.150.524
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	2.317.559	2.317.559	1.622.394	-	1.622.394
Operações Compromissadas	-	1.023.569	1.023.569	-	-	-
Letras Financeiras - LF	-	397.162	397.162	-	-	-
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB	-	399.429	399.429	-	534.387	534.387
Debêntures de Distribuição Pública	-	520.349	520.349	-	403.306	403.306
Depósito a Prazo com Garantia Especial - DPGE	-	21.497	21.497	-	46.782	46.782
Certificado de Recibo Imobiliário - CRI	-	18.247	18.247	-	1.655	1.655
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios - FIDC	-	110.563	110.563	-	108.241	108.241
Fundos de Investimento de Renda Fixa	-	170.189	170.189	-	170.619	170.619
Fundos de Investimento de Ações	-	30.640	30.640	-	22.350	22.350
Fundos de Investimento não Exclusivos	-	984.359	984.359	-	793.765	793.765
Outras Aplicações	-	(322)	(322)	-	8.256	8.256
	438.722	7.879.496	8.318.218	4.460.398	2.089.361	6.549.759

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia e sua controlada Icatu Capitalização S.A. possuíam os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, representados por contratos futuros de taxa média de depósitos interfinanceiros de um dia (DI1) negociado na Bolsa de Mercadorias e Futuros (BM&F) e *swap* contratado em mercado de balcão:

31/12/2012							
Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Valor Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Comprado	02/01/2015	CDI	693	86.095	59.664	Hedge papel pré fixado
DI1	Comprado	02/01/2017	CDI	1	72.294	72	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	02/01/2013	CDI	(2.401)	99.947	(239.972)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/04/2013	CDI	(50)	98.336	(4.917)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/07/2013	CDI	(993)	96.659	(95.983)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	02/01/2014	CDI	(730)	93.284	(68.097)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/04/2014	CDI	(1.141)	91.651	(104.574)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/07/2014	CDI	(1.003)	89.946	(90.215)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	04/01/2016	CDI	(1.505)	78.916	(118.769)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	02/01/2019	CDI	(21)	60.401	(1.268)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/02/2016	DI1	(38)	78.916	(2.999)	Hedge papel pré fixado
DI1	Comprado	01/02/2015	DI1	27	86.095	2.325	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/11/2014	DI1	(36)	89.946	(3.238)	Hedge papel pré fixado
IND	Vendido	13/02/2013	IBOVESPA	(35)	61.287	(2.145)	Hedge Índice
WIN	Comprado	13/02/2013	IBOVESPA	55	12.257	674	Hedge Índice
OPD DOL - PUT	Vendido	01/02/2013	OPD DOL	(3)	102.682	(308)	-
IDI	Comprado	02/10/2013	CDI	576	206	119	-
Opção - D13	Comprado	02/01/2013	DI1	89	-	-	-

Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
17/12/2012	15/05/2013	IPCA	DI	1.200.000	1.202.854	1.205.499	(2.646)
17/12/2012	15/05/2013	CDI	IPCA + 0,41%	1.200.000	1.205.451	1.202.854	2.598
24/10/2012	02/01/2013	CDI	IGPM + 3,5357%	3.000.000	3.038.895	3.036.598	2.296
09/11/2012	02/01/2013	CDI	IGPM + 2,978%	3.765.000	3.804.227	3.799.532	4.695
12/11/2012	02/01/2013	IGPM	DI	3.000.000	3.026.693	3.033.713	(7.020)
07/12/2012	07/01/2013	CDI	IGPM - 0,01%	600.000	603.443	602.393	1.050
14/08/2009	18/02/2013	CDI	TR + 8,6638%	70.000	98.229	95.882	2.347
14/08/2009	14/08/2014	CDI	TR + 7,4285%	50.000	72.607	68.487	4.120

31/12/2011

Futuro	Posição	Vencimento	Indexador de referência	Quantidade	PU em Reais	Valor Total em R\$ mil	Objetivo
DI1	Vendido	01/01/2012	CDI	(210)	99.918	(20.983)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/07/2012	CDI	(155)	95.245	(14.763)	Hedge papel pré fixado
DI1	Comprado	01/01/2013	CDI	70	90.842	6.359	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/04/2013	CDI	(141)	88.726	(12.510)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/07/2013	CDI	(512)	86.439	(44.257)	Hedge papel pré fixado
DI1	Vendido	01/01/2014	CDI	(163)	81.863	(13.344)	Hedge papel pré fixado
DI1	Comprado	01/01/2017	CDI	1	57.798	58	Hedge papel pré fixado
IND	Comprado	01/02/2012	IBOVESPA	371	57.100	21.184	Hedge Índice
WIN	Comprado	01/02/2012	IBOVESPA	19	11.420	217	Hedge Índice
OPD DOL - PUT	Comprado	02/01/2012	OPD DOL 1.60	85	-	-	-
OPD DOL - PUT	Vendido	02/01/2012	OPD DOL 1.55	(85)	-	-	-

Swap

Data de Aquisição	Vencimento	Indexador Passivo	Indexador Ativo	Valor Inicial em R\$ mil	Valor Ativo em R\$ mil	Valor Passivo em R\$ mil	Apropriação Acumulada em R\$ mil
14/08/2009	18/02/2013	CDI	TR + 9,599%	70.000	88.441	89.298	857
14/08/2009	14/08/2014	CDI	TR + 9,580%	50.000	63.172	64.001	829

7. PRÊMIOS A RECEBER

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Prestamistas.....	45.620	30.205
Acidentes Pessoais.....	1.919	1.784
Vida em Grupo.....	48.165	34.002
Vida Individual.....	4.047	2.088
Total de Prêmios a Receber	99.751	68.079
Redução do Valor Recuperável.....	(4.499)	(4.505)
Total	95.252	63.574

A movimentação dos prêmios a receber, compõe-se como se segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2010	32.757
(+) Prêmios Emitidos.....	1.101.522
(+) Custo de Apólice e IOF.....	1.298
(-) Prêmios Cancelados.....	(94.395)
(-) Recebimentos.....	(975.167)
Constituição/Reversão de Provisão para Perda.....	(2.441)
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	63.574
(+) Prêmios Emitidos.....	1.753.936
(+) Custo de Apólice e IOF.....	3.425
(-) Prêmios Cancelados.....	(105.581)
(-) Recebimentos.....	(1.620.108)
Constituição/Reversão de Provisão para Perda.....	6
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	95.252

A movimentação da provisão para perda nos prêmios a receber compõe-se como se segue:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(4.505)
(+) Constituição.....	(2.506)
(-) Reversão.....	2.512
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(4.499)

7.1 Idade dos Prêmios a Receber

Os prêmios a receber por vencimento, líquidos da redução ao valor recuperável, estão distribuídos da seguinte forma:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
A vencer		
De 1 até 30 dias.....	88.706	58.834
Vencidos		
1 até 30 dias.....	5.199	3.356
31 até 60 dias.....	822	696
61 até 120 dias.....	86	103
121 até 180 dias.....	85	88
181 até 365 dias.....	82	122
mais de 365 dias.....	272	375
Total	95.252	63.574

8. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS

Os créditos tributários e previdenciários são compostos da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Imposto de Renda Diferido	10	-	47.647	34.668
Prejuízos Fiscais.....	10	-	1.822	6.488
Diferenças Temporárias.....	-	-	45.825	28.180
Contribuição Social Diferida	-	-	27.993	21.593
Base Negativa.....	-	-	656	4.472
Diferenças Temporárias.....	-	-	27.337	17.121
Impostos a Recuperar	7.076	16.107	71	76
Imposto de Renda.....	1.461	8.424	-	1
Contribuição Social.....	2.158	3.843	71	71
COFINS.....	2.572	2.646	-	-
PIS	592	1.019	-	-
Outros.....	293	175	-	4
	7.086	16.107	75.711	56.337

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social acumulados nos montantes de R\$ 53.812 e R\$ 53.826 (R\$ 72.685 e R\$ 78.293 em 31 de dezembro de 2011), respectivamente. Os prejuízos fiscais e a base negativa de contribuição social são compensáveis anualmente, à razão de 30% dos lucros tributáveis, sendo ambos imprescritíveis.

O ano de formação do prejuízo fiscal e de base negativa de contribuição social são como se segue:

	Prejuízo	Base Negativa
Até 2001.....	9.701	9.686
2002.....	9.479	9.508
2003.....	7.632	7.632
2004.....	14.536	14.536
2005.....	3.914	3.914
2006.....	164	164
2007.....	1.540	1.540
2008.....	1.050	1.050
2009.....	569	569
2010.....	479	479
2011.....	2.461	2.461
2012.....	2.287	2.287
Saldo.....	53.812	53.826

Os créditos tributários diferidos da Companhia e suas controladas estão classificados no ativo não circulante, nos montantes de R\$ 45.825 e R\$ 27.337 (R\$ 28.180 e R\$ 17.121 em 31 de dezembro de 2011), sendo originados exclusivamente de adições temporárias e compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais. Em razão destas ações estarem em trâmite nos tribunais superiores e não existir previsão para trânsito em julgado, torna-se inviável uma projeção de prazo para realização destes créditos, mesmo considerando o histórico positivo de geração de lucros tributáveis pela Companhia, que são suficientemente capazes de absorvê-los.

Imposto de Renda	31/12/2012	31/12/2011
Participações resultados	22.876	6.785
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	17.367	412
Provisão Excedente Técnico	54.809	13.045
Outras provisões	23.591	39.225
Fundo de Marketing	1.771	1.753
Outras Receitas (Atualização depósito judicial)	(22.550)	(21.430)
Participação nos Lucros - Funcionários	7.242	5.174
Operação <i>Swap</i>	(6.468)	2.485
COFINS Exibibilidade Suspensa	64.056	57.700
PIS Exibibilidade Suspensa	21.465	9.396
Total das Diferenças Temporárias	184.159	114.545
Alíquota aplicada - IRPJ- 25%	46.040	28.636
Contribuição Social	31/12/2012	31/12/2011
Participações resultados	22.876	6.785
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	17.367	3.913
Provisão Excedente Técnico	54.809	4.489
Outras provisões	23.591	46.528
Fundo de Marketing	1.771	1.753
Outras Receitas (Atualização depósito judicial)	(22.550)	(21.430)
Participação nos Lucros - Funcionários	7.242	5.174
Operação <i>Swap</i>	(6.468)	2.485
COFINS Exibibilidade Suspensa	64.056	57.700
PIS Exibibilidade Suspensa	21.465	9.396
Total das Diferenças Temporárias	184.159	116.793
Alíquota aplicada - CSLL - 9% e 15%	27.465	17.406

9. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo no ativo circulante da Companhia, em 31 de dezembro de 2012, monta a R\$ 2.393 de despesas operacionais (R\$ 17.418 em 2011) e R\$ 140 de despesas administrativas (R\$ 103 em 2011).

Em dezembro de 2007, sua controlada Icatu Capitalização S.A. venceu o leilão promovido pelo Banco Nossa Caixa S.A. adquirindo o direito de uso exclusivo da rede de atendimento do banco para venda de produtos de capitalização pelos 5 anos seguintes. Pelo direito de exploração do balcão, sua controlada Icatu Capitalização S.A. desembolsou o montante de R\$ 64.000, que foram contabilizados na rubrica "Despesas Antecipadas – Operacionais". Este montante está sendo apropriado de forma linear pelo período de 60 meses a partir de março de 2008, data de início da comercialização dos produtos de capitalização.

Em 22 de dezembro de 2008, por meio de Fato Relevante, o Banco do Brasil S.A. comunicou a celebração do contrato de compra e venda de ações para aquisição do controle acionário do Banco Nossa Caixa S.A. junto ao Governo do Estado de São Paulo. Até o presente momento, não houve mudanças na comercialização dos produtos oferecidos pela sua controlada Icatu Capitalização S.A. na rede de atendimento do Banco Nossa Caixa.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o total apropriado ao resultado correspondeu a R\$ 12.800 (R\$ 12.800 em 2011), remanescendo no ativo circulante o montante de R\$2.133 (R\$14.933 em 2011).

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos são compostos da seguinte forma:

Investimentos	Quantidade de Ações		% de Participação	Capital Social	Patrimônio Líquido	Lucro Líquido do Exercício	Investimento		Resultado Patrimonial	
	ON	PN					31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Brasilcap Capitalização S.A.....	54.010.798	-	16,67%	79.054	235.390	163.370	39.240	40.626	27.234	27.518
Caixa Capitalização S.A.....	1.958	-	24,50%	150.000	437.022	160.115	107.070	84.326	39.229	30.811
BMG Seguradora S.A.....	8.474.118	-	49,00%	56.578	62.303	1.665	30.000	-	287	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.....	245.905	-	1,64%	15.000	21.463	1.643	492	498	14	13
Outros Investimentos.....	-	-	-	-	-	-	106	106	-	-
Total das Participações Acionárias							176.908	125.556	66.764	58.342
Ágio na aquisição da BMG Seguradora S.A. (i).....	-	-	-	-	-	-	8.671	-	-	-
Incentivos Fiscais.....	-	-	-	-	-	-	994	994	-	-
(-) Provisão para Desvalorização.....	-	-	-	-	-	-	(994)	(994)	-	-
Outros.....	-	-	-	-	-	-	93	83	-	-
Total de Investimentos							185.672	125.639	66.764	58.342

(i) Investimento adquirido em março de 2012, com ágio fundamentado por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*), no montante de R\$8.671. O resultado patrimonial, em 31 de dezembro de 2012, contempla apenas a equivalência patrimonial dos meses posteriores ao período de aquisição do investimento. Foi efetuado o teste de *impairment* e não identificamos perda a ser reconhecida.

Para o cálculo do investimento pelo método de equivalência patrimonial foram utilizadas as respectivas demonstrações financeiras das investidas nas datas base de 31 de dezembro 2012 e 31 de dezembro de 2011.

Apresentamos, a seguir, a movimentação das participações acionárias da Companhia:

	31/12/2012							Saldo em 31/12/2012
	Saldo em 31/12/2011	Ágio	Adições	Baixas	Dividendos/ JSCP	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	
Brasilcap Capitalização S.A.....	40.626	-	-	-	(28.620)	-	27.234	39.240
Caixa Capitalização S.A.....	84.326	-	-	-	(32.918)	16.433	39.229	107.070
BMG Seguradora S.A.....	-	8.671	29.907	-	(194)	-	287	38.671
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT....	498	-	-	(6)	-	-	-	492
Outros Investimentos.....	106	-	-	-	-	-	-	106
Total	125.556	8.671	29.907	(6)	(61.732)	16.433	66.750	185.579

	31/12/2011							Saldo em 31/12/2011
	Saldo em 31/12/2010	Ágio	Adições	Baixas	Dividendos/ JSCP	Ajuste TVM	Equivalência Patrimonial	
Brasilcap Capitalização S.A.....	23.796	-	-	-	(10.688)	-	27.518	40.626
Caixa Capitalização S.A.....	81.037	-	-	-	(31.373)	3.851	30.811	84.326
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT....	598	-	-	(113)	13	-	-	498
Outros Investimentos.....	106	-	-	-	-	-	-	106
Total	105.537	-	-	(113)	(42.048)	3.851	58.329	125.556

11. IMOBILIZADO

O ativo imobilizado é composto por bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Companhia e suas controladas, inclusive as benfeitorias em imóveis de terceiros, as quais tendem a beneficiar ao grupo por mais de um exercício:

	Taxa Anual de Depreciação (%)	31/12/2012		31/12/2011	
		Custo de Aquisição	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Terrenos.....	-	89	-	89	89
Bens Imóveis		89	-	89	89
Equipamentos.....	10	23.502	(16.413)	7.089	5.573
Móveis, Máquinas e Utensílios.....	10	3.991	(2.477)	1.514	1.537
Veículos.....	20	5	(1)	4	50
Bens Móveis		27.498	(18.891)	8.607	7.160
Benfeitorias em Imóveis de Terceiros.....	20	18.609	(15.846)	2.763	2.178
Outras Imobilizações		18.609	(15.846)	2.763	2.178
Total		46.196	(34.737)	11.459	9.427

12. INTANGÍVEL

O ativo intangível é composto, principalmente, por gastos com aquisição, desenvolvimento e implantação de sistemas informatizados para uso interno, e estão classificados como softwares, projetos e marcas e patentes, conforme demonstrado abaixo:

	Taxa Anual de Amortização (%)	31/12/2012		31/12/2011	
		Custo de Aquisição	Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Marcas e Patentes.....	-	183	-	183	187
Softwares.....	20	58.701	(28.447)	30.254	33.236
Projetos.....	20	25.723	(25.723)	-	9
Total		84.607	(54.170)	30.437	33.432

13. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Os depósitos de terceiros referem-se, principalmente, a prêmios de seguros, títulos de capitalização e contribuições de previdência pagos pelos segurados e participantes, cujas apólices e certificados ainda não foram emitidos, e a depósitos bancários referentes a recebimentos de prêmios de seguros, títulos de capitalização e contribuições de previdência que ainda não foram identificados. A idade dos Depósitos de Terceiros está distribuída da seguinte forma:

	31/12/2012	31/12/2011
1 até 30 dias.....	9.735	956
31 até 60 dias.....	969	1.027
61 até 120 dias.....	1.113	1.044
121 até 180 dias.....	918	1.469
181 até 365 dias.....	4.654	2.344
mais de 365 dias.....	277	8.825
Total	17.666	15.665

14. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS – SEGUROS E RESSEGUROS

As provisões técnicas e os custos de aquisição diferidos, por ramo, estão demonstrados a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros	31/12/2012				
	Danos (*)	Pessoas	Vida	Vida com Cobertura	Total
Circulante					
Prêmios não Ganhos.....	5	24.183	-	-	24.188
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	406	16.748	-	-	17.154
Sinistros a Liquidar	52.421	144.518	-	-	196.939
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	47.561	227.849	-	-	275.410
Benefícios Concedidos.....	-	-	24	789	813
Riscos não Expirados.....	-	-	475	-	475
Oscilação de Riscos.....	-	-	718	-	718
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	-	-	4.907	-	4.907
Benefícios a Regularizar.....	-	-	2.617	-	2.617
Provisão Complementar de Prêmios	-	7.056	17	-	7.073
Provisão para Despesas Administrativas	1.339	-	-	-	1.339
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	-	10.587	4.388	14.975
	101.732	420.354	19.345	5.177	546.608
Não Circulante					
Prêmios não Ganhos.....	-	16.988	-	-	16.988
Benefícios a Conceder.....	-	-	754	2.329.485	2.330.239
Benefícios Concedidos.....	-	-	188	6.545	6.733
Insuficiência de Prêmios.....	-	-	37	-	37
Provisão para Despesas Administrativas	-	-	11	6	17
	-	16.988	990	2.336.036	2.354.014
31/12/2011					
Provisões Técnicas	Danos (*)	Pessoas	Vida	Vida com Cobertura	Total
Circulante					
Prêmios não Ganhos.....	5	15.165	-	-	15.170
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	24	11.444	-	-	11.468
Sinistros a Liquidar	57.962	109.829	-	-	167.791
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	28.911	188.140	-	-	217.051
Benefícios Concedidos.....	-	-	24	164	188
Excedente Financeiro.....	-	-	1	-	1
Riscos não Expirados.....	-	-	314	-	314
Oscilação de Riscos.....	-	-	789	-	789
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	-	-	1.832	-	1.832
Benefícios a Regularizar.....	-	-	4.675	-	4.675
Provisão Complementar de Prêmios	36	8.264	9	-	8.309
Provisão para Despesas Administrativas	234	-	-	-	234
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	-	10.039	5.277	15.316
	87.172	332.842	17.683	5.441	443.138
Não Circulante					
Prêmios não Ganhos.....	-	10.569	-	-	10.569
Benefícios a Conceder.....	-	-	872	1.442.728	1.443.600
Benefícios Concedidos.....	-	-	195	1.795	1.990
Insuficiência de Prêmios.....	-	-	26	-	26
Provisão para Despesas Administrativas	-	-	11	4	15
	-	10.569	1.104	1.444.527	1.456.200

(*) Ramos incluídos: Prestamista Habitacional, Prestamista Rural e DPVAT.

31/12/2012							
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	Acidentes	Vida	Vida em	Prestamista	Vida com	Prestamista	Total
	Pessoais	Individual	Grupo	Habitacional e Rural	Cobertura por Sobrevivência		
Circulante.....	45	1	20.204	2.176	110	-	22.536
Não Circulante.....	-	1	17.406	-	-	-	17.407

31/12/2011							
Custos de Aquisição Diferidos - Seguros	Acidentes	Vida	Vida em	Prestamista	Vida com	Prestamista	Total
	Pessoais	Individual	Grupo	Habitacional e Rural	Cobertura por Sobrevivência		
Circulante.....	39	1	13.831	-	-	1.349	15.220
Não Circulante.....	-	3	14.098	-	-	-	14.101

As movimentações das provisões técnicas e dos custos de aquisição diferidos estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2011	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2012
Circulante					
Prêmios não Ganhos.....	15.170	10.604	(1.586)	-	24.188
Prêmios não Ganhos - RVNE.....	11.468	11.857	(6.171)	-	17.154
Sinistros a Liquidar	167.791	57.911	(36.916)	8.153	196.939
Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	217.051	117.704	(75.083)	15.738	275.410
Benefícios Concedidos.....	188	616	(39)	48	813
Excedente Financeiro.....	1	-	-	(1)	-
Riscos não Expirados.....	314	294	(133)	-	475
Riscos não Expirados - RVNE.....	-	170	(170)	-	-
Oscilação de Riscos.....	789	163	(234)	-	718
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	1.832	3.169	(279)	185	4.907
Benefícios a Regularizar.....	4.675	3.661	(5.775)	56	2.617
Provisão Complementar de Prêmios	8.309	13.954	(15.190)	-	7.073
Provisão para Despesas Administrativas.....	234	1.798	(778)	85	1.339
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar.....	15.316	16.166	(17.055)	548	14.975
	443.138	238.067	(159.409)	24.812	546.608
Não Circulante					
Prêmios não Ganhos.....	10.569	8.846	(2.427)	-	16.988
Benefícios a Conceder.....	1.443.600	692.340	(247)	194.546	2.330.239
Benefícios Concedidos.....	1.990	4.922	(602)	423	6.733
Insuficiência de Prêmios.....	26	10	(1)	2	37
Provisão para Despesas Administrativas.....	15	3	(1)	-	17
	1.456.200	706.121	(3.278)	194.971	2.354.014

Provisões Técnicas - Seguros	Saldos em 31/12/2010	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2011
Circulante	297.571	252.143	(102.339)	(4.237)	443.138
Não Circulante	1.099.250	265.113	(1.785)	93.552	1.456.200

Abaixo, apresentamos o resultado do teste de sensibilidade quando da alteração dos cenários estimados:

Coberturas de Risco:

	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Premissas				
Aumento de 3% de Sinistralidade	(7.706)	(7.631)	(6.158)	(6.111)
Redução de 3% na Sinistralidade	7.706	7.631	6.158	6.111
Redução de 10% na taxa de desistência	(108)	(108)	(114)	(114)
Aumento de 10% na taxa de desistência	100	100	105	105

O desenvolvimento de sinistros a liquidar e benefícios a regularizar, sem as informações de DPVAT no montante de R\$ 52.092, em 31 de dezembro de 2012, estão demonstrados a seguir:

	Ano de aviso do sinistro						Total
	2007	2008	2009	2010	2011	2012	
No ano do aviso	151.718	145.467	136.741	149.663	295.203	504.680	1.383.472
1 ano após o aviso	156.786	145.075	135.110	150.445	294.932	-	882.348
2 anos após o aviso	162.693	152.331	137.713	150.352	-	-	603.089
3 anos após o aviso	173.973	156.172	140.419	-	-	-	470.564
4 anos após o aviso	176.638	157.859	-	-	-	-	334.497
5+ anos após o aviso	173.327	-	-	-	-	-	173.327
Estimativa na data base (2012) [a]	173.327	157.859	140.419	150.352	294.932	504.680	1.421.569
Pagamentos efetuados [b]	165.879	149.925	129.503	137.829	273.488	419.119	1.275.743
Sinistros pendentes [c] = [a] - [b]	7.448	7.934	10.915	12.523	21.444	85.561	145.825
Sinistros Pendentes Fora da Análise	-	-	-	-	-	-	2.219
Valor de Pendência Contabilizado	-	-	-	-	-	-	148.045

15. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

As provisões técnicas de previdência complementar e os custos de aquisição diferidos apresentaram a seguinte movimentação:

Provisões Técnicas - Previdência	Saldos em			Atualização	Saldos em
	31/12/2011	Constituições	Amortizações	Monetária	31/12/2012
Circulante					
Riscos não Expirados.....	64	30	(24)	-	70
Riscos não Expirados - RVNR.....	21	42	(56)	-	7
Oscilação de Riscos.....	147	23	(78)	-	92
Benefícios Concedidos.....	7.433	984	(577)	855	8.695
Benefícios a Regularizar.....	999	1.186	(1.851)	247	581
Excedente Financeiro.....	39	5	-	(11)	33
Oscilação Financeira.....	-	8	(7)	9	10
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	1.266	294	(1.040)	-	520
Provisão Complementar de Contribuição.....	10	54	(36)	-	28
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar.....	28.548	16.630	(16.551)	1.462	30.089
	38.527	19.256	(20.220)	2.562	40.125
Não Circulante					
Benefícios a Conceder.....	2.664.794	250.661	(12.234)	307.250	3.210.471
Benefícios Concedidos.....	55.786	7.554	(4.684)	6.571	65.227
Insuficiência de Contribuição.....	13.808	13.167	(2.370)	1.583	26.188
Excedente Financeiro.....	7.267	59	(384)	429	7.371
Provisão para Despesas Administrativas	618	118	(97)	-	639
	2.742.273	271.559	(19.769)	315.833	3.309.896

Provisões Técnicas - Previdência	Saldos em 31/12/2010	Constituições	Amortizações	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2011
Circulante					
Riscos não Expirados.....	48	25	(9)	-	64
Riscos não Expirados - RVNR.....	4	38	(21)	-	21
Oscilação de Riscos.....	162	97	(112)	-	147
Benefícios Concedidos.....	6.992	499	(868)	810	7.433
Benefícios a Regularizar.....	1.672	1.843	(2.528)	12	999
Excedente Financeiro.....	18	1	-	20	39
Eventos Ocorridos mas não Avisados.....	1.217	444	(395)	-	1.266
Provisão Complementar de Contribuição.....	24	32	(46)	-	10
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar.....	26.113	18.078	(17.053)	1.410	28.548
	36.250	21.057	(21.032)	2.252	38.527
Não Circulante					
Benefícios a Conceder.....	2.351.011	166.330	(23.938)	171.391	2.664.794
Benefícios Concedidos.....	49.360	6.002	(5.598)	6.022	55.786
Insuficiência de Contribuição.....	12.388	3.339	(2.611)	692	13.808
Excedente Financeiro.....	6.962	136	(479)	648	7.267
Provisão para Despesas Administrativas	491	197	(70)	-	618
	2.420.212	176.004	(32.696)	178.753	2.742.273

Custos de Aquisição Diferidos - Previdência	Saldos em 31/12/2011	Constituições	Amortizações	Saldos em 31/12/2012
Circulante.....	3.728	408	(1.571)	2.565
Não Circulante.....	10.760	4.501	(269)	14.992

Custos de Aquisição Diferidos - Previdência	Saldos em 31/12/2010	Constituições	Amortizações	Saldos em 31/12/2011
Circulante.....	3.323	412	(7)	3.728
Não Circulante.....	12.805	302	(2.347)	10.760

Abaixo, apresentamos o resultado do teste de sensibilidade quando da alteração dos cenários estimados:

Acumulação/Sobrevivência:

	Efeito Bruto no Resultado e no Patrimônio Líquido			
	31/12/2012		31/12/2011	
	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro	Bruto de Resseguro	Líquido de Resseguro
Premissas				
Aumento de 5% na Premissa de Conversão em Renda	(4.870)	(4.870)	(2.427)	(2.427)
Redução de 5% na Premissão de Conversão em Renda	4.235	4.235	2.096	2.096
Redução de 1%aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	(34.981)	(34.981)	(40.116)	(40.116)
Aumento de 1%aa na Taxa de Desconto (ETTJ)	24.857	24.857	32.123	32.123
Agravo de 10% na taxa de sobrevivência	(3.379)	(3.379)	(2.289)	(2.289)
Redução de 10% na taxa de sobrevivência	3.612	3.612	2.137	2.137
Redução de 10% na taxa de desistência	(4.138)	(4.138)	(1.693)	(1.693)
Aumento de 10% na taxa de desistência	3.829	3.829	1.553	1.553

16. PROVISÕES TÉCNICAS – CAPITALIZAÇÃO

	Saldos em 31/12/2011	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2012
Provisão Matemática para Resgates.....	1.167.484	546.375	(663.604)	72.027	1.122.282
Provisão para Resgates de Títulos Antecipados.....	165.926	424.152	(442.247)	498	148.329
Provisão para Resgates de Títulos Vencidos.....	88.078	228.251	(202.826)	287	113.790
Provisão para Resgates	1.421.488	1.198.778	(1.308.677)	72.812	1.384.401
Provisão para Sorteio a Realizar.....	95.418	85.069	(86.886)	213	93.814
Provisão para Sorteio a Pagar.....	31.113	53.459	(44.227)	967	41.312
Provisão para Sorteios	126.531	138.528	(131.113)	1.180	135.126
Provisão para Contingências.....	64.522	66.288	(24.079)	3.712	110.443
Provisão para Despesas Administrativas.....	2.090	534	(458)	-	2.166
Outras Provisões	66.612	66.822	(24.537)	3.712	112.609
Total	1.614.631	1.404.128	(1.464.327)	77.704	1.632.136

	Saldos em 31/12/2010	Constituições	Amortizações/ Prescrições	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2011
Provisão Matemática para Resgates.....	1.147.575	565.836	(630.804)	84.877	1.167.484
Provisão para Resgates de Títulos Antecipados.....	139.659	406.008	(381.576)	1.835	165.926
Provisão para Resgates de Títulos Vencidos.....	96.527	208.183	(217.791)	1.159	88.078
Provisão para Resgates	1.383.761	1.180.027	(1.230.171)	87.871	1.421.488
Provisão para Sorteio a Realizar.....	97.244	82.202	(89.916)	5.888	95.418
Provisão para Sorteio a Pagar.....	24.299	55.492	(49.633)	955	31.113
Provisão para Sorteios	121.543	137.694	(139.549)	6.843	126.531
Provisão para Contingências.....	42.802	38.144	(19.258)	2.834	64.522
Provisão para Despesas Administrativas.....	2.101	540	(551)	-	2.090
Outras Provisões	44.903	38.684	(19.809)	2.834	66.612
Total	1.550.207	1.356.405	(1.389.529)	97.548	1.614.631

17. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

Ativos Vinculados a Cobertura de Reservas	31/12/2012	31/12/2011
Ações.....	438.722	377.617
Certificados de Depósitos Bancários a Prazo - CDB.....	399.339	534.387
Debêntures de Distribuição Pública.....	510.635	403.306
Letras do Tesouro Nacional.....	1.064.666	1.306.815
Letras Financeiras do Tesouro.....	817.992	1.144.235
Notas do Tesouro Nacional.....	2.448.145	1.742.402
Operações Compromissadas.....	1.021.703	-
Certificado de Recibo Imobiliário.....	6.770	1.655
Depósito a Prazo com Garantia Especial.....	11.387	46.782
Outras Aplicações.....	(322)	4.542
Letras Financeiras.....	380.460	-
Fundo de Investimentos de Direitos Creditórios.....	110.563	108.241
Fundo de Investimentos de Renda Fixa.....	47.161	170.619
Fundo de Invest. Multimercado.....	6.805	-
Fundo de Invest. Referenciado - RF.....	109.750	-
Fundo de Invest. De Curto Prazo.....	6.473	-
Fundo de Investimentos de Ações.....	30.640	22.350
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	467.372	426.273
Total	7.878.261	6.289.224
Ativos não Vinculados a Cobertura de Reserva	31/12/2012	31/12/2011
Ações.....	-	-
Letras Financeiras do Tesouro.....	618	6.289
Certificados de Depósito Bancário a prazo - CDB.....	90	-
Operações Compromissadas.....	1.866	-
Depósito a Prazo com Garantia Especial.....	10.110	-
Letras Financeiras.....	16.702	-
Debêntures de Distribuição Pública.....	9.714	-
Letras Financeiras.....	-	-
Certificado de Recibo Imobiliário.....	11.477	-
Letras do Tesouro Nacional.....	-	3.048
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	513.503	361.752
Outras Aplicações.....	-	3.714
Total	564.080	374.803
Ativos Bloqueio Judicial	31/12/2011	31/12/2011
Notas do Tesouro Nacional.....	2.578	3.893
Letras do Tesouro Nacional.....	-	-
Letras Financeiras do Tesouro.....	2.979	-
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	3.484	5.740
	9.041	9.633
Total de Aplicações no Ativo	8.451.382	6.673.660
Valor não vinculado a garantia das reservas	573.121	384.436

18. PROVISÕES JUDICIAIS, DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS E OBRIGAÇÕES FISCAIS

18.1 PROVISÕES JUDICIAIS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais que se encontram em diversas instâncias, referentes a causas cíveis originadas, principalmente, por questionamentos quanto aos valores e às recusas técnicas de indenizações de sinistros e benefícios de seguros, a causas trabalhistas e a causas tributárias para questionamento de tributos, conforme demonstrado a seguir:

Causas Cíveis - Relacionadas a Sinistros/Benefícios						
Probabilidade de Perda	31/12/2012			31/12/2011		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	734	72.176	72.176	651	67.116	67.116
Possível.....	863	72.963	-	842	63.978	-
Remota.....	162	18.980	-	168	18.905	-
Total	1.759	164.119	72.176	1.661	149.999	67.116

Causas Cíveis - exceto as relacionadas a Sinistros/Benefícios						
Probabilidade de Perda	31/12/2012			31/12/2011		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	767	12.684	12.669	1.036	13.167	13.167
Possível.....	717	50.439	-	527	26.215	-
Remota.....	60	12.318	-	69	11.285	-
Total	1.544	75.441	12.669	1.632	50.667	13.167

Causas Trabalhistas						
Probabilidade de Perda	31/12/2012			31/12/2011		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	35	4.185	4.185	46	6.157	6.157
Possível.....	60	3.829	-	73	12.083	-
Remota.....	23	1.568	-	24	1.916	-
Total	118	9.582	4.185	143	20.156	6.157

Causas Fiscais						
Probabilidade de Perda	31/12/2012			31/12/2011		
	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado	Quantidade	Valor Estimado	Valor Provisionado
Provável.....	7	537	537	4	52	52
Possível.....	123	57.592	-	114	48.773	-
Remota.....	3	1.475	-	3	1.212	-
Total	133	59.604	537	121	50.037	52

Apresentamos, a seguir, a movimentação da provisão para contingências relativas aos processos judiciais:

	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais
Saldos em 31 de dezembro de 2011.....	80.283	6.157	52
Causas Adicionais.....	12.520	-	-
Causas Baixadas.....	(34.431)	(1.641)	(15)
Causas Ajustadas (*).....	26.473	(331)	500
Saldos em 31 de dezembro de 2012.....	84.845	4.185	537

(*) Movimentação oriunda da mudança de probabilidade de perda e/ou valor estimado e/ou atualização monetária.

18.2 OBRIGAÇÕES FISCAIS

As obrigações fiscais, registradas no passivo não circulante na rubrica Outras Contas a Pagar, são compostas como se segue:

	31/12/2012	31/12/2011
CSLL Majorada.....	35.278	19.587
PIS Exigibilidade Suspensa.....	21.465	9.396
COFINS Exigibilidade Suspensa.....	64.056	57.700
Outras Contas a Pagar.....	5.520	4.281
Total Não Circulante	126.319	90.964

Apresentamos, a seguir, um resumo dos principais questionamentos oriundos de obrigações fiscais.

A Companhia e suas controladas pleiteiam no mandado de segurança 200551010115038 a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pagos nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona a incidência do PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. A perda avaliada é possível. Os tributos se tornaram exigíveis após o recebimento de avisos de cobrança da Secretaria da Receita Federal e da revogação da decisão judicial favorável que suspendia a exigibilidade dos tributos sem depósito. Em consequência, a Companhia e suas controladas efetuaram depósito judicial dos valores vencidos que, atualizados, correspondem a R\$ 65.829 (R\$ 22.607 em dezembro de 2011). Mensalmente, a Companhia e suas controladas apuram e efetuam o depósito dos valores supostamente devidos. No curso dessa disputa, em 2011 foi necessária a impetração do mandado de segurança 201151010033083 para obtenção da CND – Certidão Negativa de Débitos. Processos em segunda instância. A Companhia e suas controladas mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 73.757 (R\$ 66.638 em 2011), registrada no grupo de contas “Outras contas a pagar”, na rubrica “PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa” no passivo não circulante, referente ao PIS e COFINS devido sobre as receitas financeiras.

As ações declaratórias nºs 9500389720, 9500452871, 9500525593 e 9600103615 propostas pela Companhia e suas controladas questionam a exigência do PIS, incidente sobre as receitas operacionais brutas auferidas no período de junho de 1994 até julho de 1995, agosto a dezembro de 1995, janeiro de 1996 a junho de 1997 e a partir de março de 1998 inclusive, nos termos do artigo 72, inciso V do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal de 1988 (ADCT - CF/88), introduzido pelo artigo 1º da Emenda Constitucional de Reforma nº 1/94 (ECR). Os quatro processos são classificados como de perda provável. Os depósitos judiciais efetuados pela Companhia e suas controladas correspondem ao valor atualizado de R\$ 7.465 (R\$ 11.477 em dezembro de 2011). Matéria em discussão no STF. A Companhia e suas controladas mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 5.857, registrada no grupo de contas “Outras contas a pagar”, na rubrica “PIS Exigibilidade Suspensa” no passivo não circulante.

No mandado de segurança 9800222316 a Companhia e suas controladas discutem o não pagamento do PIS sobre as receitas brutas operacionais auferidas no período de julho de 1997 em diante (emenda constitucional nº 17/97). A classificação é de perda provável. O depósito judicial efetuado pela Companhia e suas controladas corresponde ao valor atualizado de R\$ 6.847 (R\$ 7.632 em dezembro de 2011). A decisão desfavorável transitou em julgado em 18/12/2012. Ao final do processo de execução de tal decisão será feita a conversão do valor do depósito judicial em renda em favor da União Federal. A Companhia e suas controladas mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ 5.199, registrada no grupo de contas “Outras contas a pagar”, na rubrica “PIS Exigibilidade Suspensa” no passivo não circulante.

No mandado de segurança 200851010280294 a Companhia e suas controladas questionam o aumento da alíquota da CSLL, de 9% para 15%, instituída pela Medida Provisória nº 413/2008, convertida na Lei nº 11.727/2008. O mandado de segurança tem a probabilidade de perda possível e recebe depósitos judiciais mensais referentes à diferença das alíquotas. O total de tais depósitos corresponde ao valor atualizado de R\$ 39.636 (R\$ 22.824 em dezembro de 2011). Processo em segunda instância. A obrigação fiscal que se encontra registrada corresponde à diferença de alíquota (6%) no total de R\$ 35.278 (R\$ 19.588 em 2011) no grupo de contas "Contas a pagar", na rubrica "CSLL Majorada" no passivo não circulante.

No mandado de segurança 200851010202660 a Companhia e suas controladas pleiteiam o reconhecimento do direito à dedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, bem como à compensação de valores a este título nos últimos dez anos. A probabilidade de perda é possível e não há depósito judicial. O processo encontra-se em segunda instância.

No mandado de segurança 200751010008693 a controlada Companhia Brasileira de Seguros e Previdência pleiteia a utilização do crédito do PIS e da COFINS, pagos nos termos da Lei nº 9.718/98, para quitar, por compensação, qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal e questiona a incidência do PIS e da COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Não há depósito judicial. Processo em segunda instância. A Companhia e suas controladas mantém a obrigação fiscal no montante de R\$ R\$ 707 (R\$ 458 em 2011), registrada no grupo de contas "Outras contas a pagar", na rubrica "PIS e COFINS Exigibilidade Suspensa" no passivo não circulante.

18.3 DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

Os depósitos judiciais são compostos como se segue:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Cíveis.....	13.087	10.830
Trabalhistas.....	2.075	2.663
Fiscais.....	121.232	66.256
Outros.....	162	98
	<u>136.556</u>	<u>79.847</u>

A Companhia apresentava depósitos judiciais relacionados a causas com probabilidade de perda provável conforme demonstramos abaixo:

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Cíveis.....	11.503	8.401
Trabalhistas.....	1.621	2.314
Fiscais.....	103.354	66
	<u>116.478</u>	<u>10.781</u>

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

19.1 Capital Social

Em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, o capital subscrito e integralizado é representado por 640.969 ações sem valor nominal, sendo 555.644 ações ordinárias e 85.325 ações preferenciais. As ações preferenciais não possuem direito de voto, mas têm direito a dividendo mínimo de 1% incidente sobre o capital social representado pelas ações preferenciais e possuem prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, com base na parcela do preço de emissão destinada à conta capital.

19.2 Reservas de Lucros

A reserva legal é constituída ao final do exercício social com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício. Será constituída pela Companhia até que o seu valor atinja 20% do capital social em conformidade com o art. 193 da Lei 6.404/76.

A reserva estatutária é constituída ao final do exercício social por até 100% do lucro líquido do exercício, após as deduções legais e a constituição de reserva legal. A reserva de lucros tem como objetivo o reforço do patrimônio líquido da Companhia e sua constituição está sujeita a deliberação da Assembleia Geral.

19.3 Dividendos

De acordo com o Estatuto Social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado conforme legislação societária e estatuto social.

O Conselho de Administração da Companhia deliberou, em RCA de 10 de setembro de 2012, a distribuição de dividendos antecipados no valor de R\$ 50.240, que foram debitados à conta de lucros acumulados e pagos em 14 de setembro de 2012. O valor de dividendos antecipados pagos em setembro de 2012 ultrapassou o valor de dividendos mínimos obrigatórios.

19.4 Ajustes de Avaliação Patrimonial

Na rubrica Ajustes de Avaliação Patrimonial, a Companhia considera, conforme legislação vigente, os efeitos decorrentes dos critérios de registro e avaliação dos títulos e valores mobiliários classificados na categoria disponíveis para a venda, relativos a títulos próprios e de suas coligadas, líquidos dos correspondentes efeitos tributários.

19.5 Participação dos Não Controladores

Conforme CPC 26 (IAS 1), o saldo das participações dos acionistas não controladores nas controladas foi apresentado como parte integrante do patrimônio líquido nas demonstrações financeiras consolidadas. O montante de R\$2 em 31 de dezembro de 2011, corresponde à participação de 0,01% de acionistas não controladores na Icatu Vanguarda Adm. de Recursos. Em setembro de 2012, a Companhia realizou a venda de sua participação na investida Icatu Vanguarda Adm. de Recursos Ltda., correspondente de 99,99% do capital social, para a Icatu Holding S.A., sua principal acionista, e, sendo assim, não mais apresenta o referido saldo em 2012.

20. PARTES RELACIONADAS

As principais transações com partes relacionadas são como se segue:

	Contas a Receber (a Pagar)	Receitas (Despesas)	Dividendos e	Dividendos e	Dividendos e
			Juros sobre o Capital Próprio	Juros sobre o Capital Próprio	Juros sobre o Capital Próprio
			a Receber	Receitas	Recebidos
			(a Pagar)	(despesas)	(Pagos)
Caixa Capitalização S.A.....	-	-	9.807	-	30.811
Brasilcap Capitalização S.A.....	-	-	-	-	28.620
BMG Seguradora S.A.....	-	-	194	-	-
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.....	1.762	-	-	-	-
Administradores.....	(7.186)	(13.000)	-	-	-
Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado.....	-	(1.637)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2012	(5.424)	(14.637)	10.001	-	59.431
Caixa Capitalização S.A.....	-	-	7.703	-	31.563
Brasilcap Capitalização S.A.....	-	-	-	-	14.556
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.....	1.878	-	-	13	-
Administradores.....	(4.523)	(10.099)	-	-	-
Icatu FMP - Icatu Fundo Multipatrocinado.....	-	(895)	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2011	(2.645)	(10.994)	7.703	13	46.119

As operações com partes relacionadas referem-se basicamente a:

- As operações com o Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado referem-se a contribuições definidas relativas ao plano de aposentadoria dos funcionários da Companhia, conforme nota 21. As contribuições definidas são liquidadas mensalmente, conforme regulamento do plano registrado na Secretaria de Previdência Complementar;
- As transações com os Administradores da Companhia referem-se aos honorários recebidos e/ou a receber por estes a título de benefícios e remuneração; Na Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global da remuneração dos Administradores, conforme determina o Estatuto Social, a ser rateado entre seus membros.
- Consórcio DPVAT - As receitas e as respectivas despesas são contabilizadas na proporção do percentual de participação da Companhia no consórcio com base nos relatórios recebidos da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A. (“Seguradora Líder”);

21. PLANOS DE BENEFÍCIOS DE APOSENTADORIA

As contribuições ao Icatu FMP – Icatu Fundo Multipatrocinado, entidade de previdência complementar fechada, montam a R\$ 1.637 (R\$ 895 em 2011), relativas ao plano de aposentadoria de contribuição definida, parcialmente patrocinado pela Companhia e suas controladas, destinados a proporcionar complementação previdenciária a seus funcionários. Para as contribuições referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e de 2011, foi utilizado fundo previdencial acumulado.

22. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO – SEGUROS

Os principais ramos de seguros estão assim compostos:

Ramo	31/12/2012			31/12/2011		
	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio- namento	Prêmios Ganhos	Índice de Sinistralidade	Índice de Comissio- namento
Vida em Grupo.....	443.567	52,3%	25,9%	344.074	48,9%	26,4%
Prestamistas.....	505.890	57,2%	11,0%	293.923	79,9%	13,3%
DPVAT.....	100.387	84,7%	1,5%	102.157	86,9%	1,5%
Acidentes Pessoais.....	18.354	19,9%	18,7%	15.720	8,5%	20,3%
Vida Individual.....	28.532	24,1%	15,9%	17.874	31,9%	19,9%
Outros	8.804	24,4%	11,6%	5.990	37,3%	9,7%
Total	1.105.534	56,0%	16,4%	779.738	64,3%	17,8%

23. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	<u>31/12/2012</u>	<u>31/12/2011</u>
Sinistros Ocorridos	(619.231)	(501.131)
Indenizações Avisadas.....	(500.794)	(288.366)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos.....	(66.652)	(69.022)
Varição da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados.....	(38.353)	(125.964)
Despesas com Sinistros.....	(14.640)	(13.016)
Despesas com Benefícios-Seguro Vida Individual (-)VGBL.....	(3.285)	(5.445)
Recuperação de Sinistros.....	6.543	2.719
Outras Despesas com Sinistros.....	(2.050)	(2.037)
Custos de Aquisição - Seguros	(181.174)	(138.664)
Comissões sobre Prêmio Retido.....	(172.029)	(139.019)
Recuperação de Comissões.....	1.407	396
Outras Despesas de Comercialização.....	(21.174)	(13.386)
Varição Comissões Diferidas.....	10.622	13.345
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros	(93.959)	(36.272)
Despesas com Cobrança.....	(5.748)	(5.944)
Provisão para Contingências Civeis.....	(1.795)	2.481
Constituição de Provisão para Riscos de Créditos.....	926	(2.246)
Despesas com Administração Apólice.....	(42.916)	(24.097)
Prestação de Serviço Ativo.....	(19.011)	(18.619)
Receitas c/ Operações Seguros.....	6.149	6.711
Despesas c/ Operações Seguros.....	(21.040)	(20.321)
Recuperação Custo Emissão Apólice.....	3.321	3.151
Receita com serviços prestados (controladas).....	11.765	12.335
Receita com títulos aderente.....	11.246	7.781
Lucros Atribuídos.....	(36.461)	3.421
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(395)	(925)
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Capitalização	(14.876)	(5.659)
Taxa relativa a Resgates Antecipados.....	753	-
Prestação de Serviço Ativo.....	(15.706)	(5.236)
Provisão para Contingências Civeis.....	159	(356)
Outras Despesas Operacionais.....	(82)	(67)
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Previdência	(784)	(210)
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(419)	(33)
Prestação de Serviço Ativo.....	(66)	(10)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais.....	(299)	(167)

Custos de Aquisição - Previdência	(9.013)	(9.294)
Despesas de Corretagem.....	(11.067)	(6.512)
Despesas de Agenciamento.....	(234)	(1.011)
Varição de Despesas de Corretagem e Agenciamento.....	3.069	(1.640)
Outras Despesas de Comercialização.....	(781)	(131)
Custos de aquisição - Capitalização	(75.976)	(75.695)
Despesas de Corretagem.....	(60.120)	(57.837)
Despesas de Remuneração Performance Mensal.....	(12.800)	(15.586)
Despesas de Custeamento de Vendas.....	(3.056)	(2.272)
Despesas Administrativas	(271.007)	(238.293)
Pessoal Próprio.....	(111.453)	(91.862)
Provisão para Contingências Trabalhistas.....	247	(496)
Serviços de Terceiros.....	(36.418)	(44.772)
Localização e Funcionamento.....	(60.312)	(53.259)
Publicidade e Propaganda.....	(18.124)	(17.258)
Convênio DPVAT.....	(5.769)	(6.727)
Participação nos resultados.....	(33.923)	(20.486)
Outras Despesas Administrativas.....	(5.255)	(3.433)
Despesas com Tributos	(61.091)	(44.041)
Impostos.....	(4.551)	(1.592)
Provisão para Contingências Fiscais.....	(280)	5
COFINS.....	(35.611)	(33.057)
PIS.....	(16.823)	(5.529)
Taxa de Fiscalização.....	(3.602)	(3.808)
Outras Despesas com Tributos.....	(224)	(60)
Resultado Financeiro	221.131	167.502
Receitas Financeiras	880.852	640.241
Quotas de Fundos de Investimentos - Exclusivos.....	740.682	498.506
Quotas de Fundos de Investimentos - Não Exclusivos.....	92.556	70.168
Títulos de Renda Fixa - Privados.....	29.280	27.728
Títulos de Renda Fixa - Públicos.....	6.511	25.174
Títulos de Renda Variável.....	-	2.355
Convênio DPVAT.....	8.469	9.858
Outras Receitas Financeiras.....	3.354	6.452
Despesas Financeiras	(659.721)	(472.739)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência.....	(318.395)	(181.005)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Capitalização.....	(77.158)	(91.711)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros.....	(219.783)	(115.572)
Amortização da Provisão Técnica de Excedente Financeiro.....	320	341
Títulos de Renda Variável.....	(42.391)	(80.871)
Títulos de Renda Fixa.....	(432)	(1.062)
Outras Despesas Financeiras.....	(1.882)	(2.859)

24. SEGUROS

Para proteção de bens do ativo imobilizado, de imóveis alugados e de responsabilidade civil dos administradores, a Companhia e suas controladas transferem, através da contratação de seguros, os riscos que na eventualidade de ocorrência possam impactar sua atividade.

As informações principais sobre a cobertura de seguros vigente em 31 de dezembro podem ser assim demonstradas:

	Tipo de Cobertura	Valor da Cobertura	
		31/12/2012	31/12/2011
Responsabilidade Civil para Administradores.....	Perdas e Danos	20.000	20.000
Imóveis alugados.....	Incêndio, raio, explosão, danos elétricos, queda de aeronaves, entre outros.	47.786	47.786
Veículos.....	Danos materiais, dano moral, acidente pessoal por pessoa	6.370	6.370

As premissas de risco adotadas não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras. Consequentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes.

25. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda (IRPJ) e a contribuição social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas de Imposto de Renda e de Contribuição Social, como se segue:

	31/12/2012		31/12/2011	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos	239.456	239.456	140.953	140.953
Equivalência Patrimonial	(66.764)	(66.764)	(58.342)	(58.342)
ADIÇÕES	183.038	183.038	46.438	46.438
Adição Permanente	3.339	3.339	2.226	2.226
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	17.367	17.367	412	412
Provisão Excedente Técnico	54.809	54.809	13.045	13.045
Outras Provisões	22.883	22.883	1.143	1.143
Participações nos Lucros	33.927	33.927	20.478	20.478
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	50.713	50.713	8.199	8.199
Operações Swap	-	-	935	935
EXCLUSÕES	(104.277)	(104.277)	(29.642)	(29.642)
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(18.808)	(18.808)	(3.772)	(3.772)
Provisão Excedente Técnico	(13.045)	(13.045)	(4.489)	(4.489)
Outras Provisões	(17.752)	(17.752)	(1.538)	(1.538)
Tributos e Contribuições em Quest. Judicial	(33.159)	(33.159)	(5.940)	(5.940)
Participações nos Lucros	(16.731)	(16.731)	(13.903)	(13.903)
Operações Swap	(4.782)	(4.782)	-	-
Resultado Ajustado	251.453	251.453	99.407	99.407
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	(21.591)	(27.227)	(8.483)	(8.483)
Lucro após as Compensações	229.862	224.226	90.924	90.924
Alíquotas Oficiais	15% + 10%	15%	15% + 10%	15%
Despesas com IRPJ/CSLL	(57.904)	(33.665)	(23.211)	(13.317)
Incentivos Fiscais	1.196	-	741	-
Constituição/(Reversão) de Créditos Tributários	12.445	6.347	(287)	(197)
Provisão para Riscos sobre Créditos	618	79	95	61
Ajustes de créditos tributários	(536)	(305)	-	-
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(2.391)	-	(1.875)
Despesas com IRPJ/CSLL	(44.181)	(29.935)	(22.662)	(15.328)
Alíquota Efetiva - Resultado Antes dos Impostos	18,45%	12,50%	16,08%	10,87%

RELATÓRIO COMPLEMENTAR DO COMITÊ DE AUDITORIA **(Exercício findo em 31 de dezembro de 2012)**

Em 26 de fevereiro de 2013, o presente Comitê de Auditoria emitiu, originalmente, seu relatório sobre as demonstrações financeiras individuais das empresas do Grupo Icatu Seguros, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, tendo o resumo desse relatório sido publicado juntamente com o relatório, sem ressalvas, dos auditores independentes. As referidas demonstrações financeiras foram apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Naquele documento, o Comitê de Auditoria informou não ter revisado, à época, as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo International Accounting Standards Board – IASB, a serem enviadas pela Icatu Seguros S.A. à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, em data posterior à publicação das demonstrações financeiras individuais, conforme facultado pelas normas regulamentares.

Na data de hoje o Comitê de Auditoria concluiu a revisão dessas demonstrações financeiras consolidadas, razão pela qual emitiu este relatório complementar. Como parte dessa revisão, o Comitê de Auditoria discutiu com os auditores independentes o resultado do seu trabalho e tomou conhecimento do seu relatório sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Icatu Seguros S.A. e suas controladas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, dando-se por satisfeito com as informações e esclarecimentos prestados.

Como resultado dessa revisão, o Comitê de Auditoria recomenda ao Conselho de Administração a aprovação das demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Icatu Seguros S.A. e controladas, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a serem enviadas à Superintendência de Seguros Privados – SUSEP até o dia 15 de março de 2013.

Rio de Janeiro, 11 de março de 2013

José M. Matos Nicolau

José Rubens Alonso

John Peter Richard James

Presidente do Comitê

Membro do Comitê

Membro do Comitê

ICATU SEGUROS S.A.

CNPJ: 42.283.770/0001-39

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Luis Antonio Nabuco de Almeida Braga

Conselheiros

Luciano Soares

Marcos Pessoa de Queiroz Falcão

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

DIRETORIA

Diretor Presidente

Maria do Carmo Nabuco de Almeida Braga

Diretores

Alexandre Petrone Vilardi

Luciano Snel Corrêa

Márcio Santiago Câmara

Mário José Gonzaga Petrelli

Contador

Carlos Alberto dos Santos Corrêa
CRC-RJ nº 52.009/O-5

Atuário

Luciana da Silva Bastos
MIBA nº 1064